

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA  
CURSO DE HISTÓRIA**

**O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DE UM MUNICÍPIO SEDE PARA  
DISTRITO: A ATUAÇÃO DE LIBERAIS E REPUBLICANOS EM SANTA CRISTINA  
DO PINHAL (1880 – 1892)**

**PAULO GILBERTO MOSSMANN SOBRINHO**

**Taquara**

**2008**

**PAULO GILBERTO MOSSMANN SOBRINHO**

**O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DE UM MUNICÍPIO SEDE PARA  
DISTRITO: A ATUAÇÃO DE LIBERAIS E REPUBLICANOS EM SANTA CRISTINA  
DO PINHAL (1880 – 1892)**

Trabalho de Conclusão apresentado ao  
Curso de História das Faculdades  
Integradas de Taquara, como requisito  
parcial para obtenção do Grau de  
Licenciatura em História, sob a orientação  
da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dalva Neraci Reinheimer.

Taquara

2008

*Dedico este trabalho à Simone por todo o amor, companheirismo, felicidade e paz de espírito que ela me trouxe. Sua existência em minha vida foi essencial para a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso.*

## AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Dalva Neraci Reinheimer por ter aceito o desafio de me orientar neste Trabalho de Conclusão e ter contribuído em muito para a elaboração do mesmo, estando sua contribuição baseada em sugestões apresentadas através de diversas horas de conversas e incontáveis e-mails e, acima de tudo, nos laços de amizade e confiança que se estreitaram durante o processo de construção deste trabalho;

À Professora Doutora Dóris Rejane Fernandes, que foi uma grande motivadora para me dedicar à realização de pesquisas; A todos os professores das Faculdades Integradas de Taquara a cujas aulas tive a oportunidade de assistir e, em especial, aos professores de História, que muito contribuíram para a minha formação não só pelo aspecto do conhecimento, como também pelo aspecto humano;

Às Faculdades Integradas de Taquara, através do curso de História, pelo apoio que recebi durante a realização deste trabalho;

Aos colegas de Faculdade, amigos para sempre, que me engrandeceram com a oportunidade de conviver com pessoas tão especiais em minha vida;

Aos meus pais, Eunice e Felipe, de modo mais que especial, que me passaram os principais dos ensinamentos que um ser humano deve possuir: respeito, sinceridade e dignidade;

Aos meus amigos, mais do que irmãos, Alencar, Diogo, Fabiano, Fernando, Joel e Marcelo, Matheus;

A Cazuza por me fazer compreender, através de sua música, que a “vida me endoida”, mas também que “a vida é bela”;

A Adriano Gabiru pelo gol marcado contra o Barcelona e que eternizou o Sport Clube Internacional entre os grandes clubes que foram Campeões Mundiais pela FIFA;

A todos que, de alguma maneira, me ajudaram na elaboração desta pesquisa.

## RESUMO

Esta pesquisa tem a finalidade apresentar uma releitura sobre o processo de perda de autonomia política de Santa Cristina do Pinhal. Faz-se necessário este estudo pelo fato de até então não haver nenhum trabalho acadêmico voltado especificamente para esta temática. Para realização de tal pesquisa, ter-se-á como base a micro-história, partindo de um dos seus sustentáculos, a contextualização com a macro-história. Assim, através de pesquisa bibliográfica e documental e de uma revisão da historiografia local, que apresenta sem o rigor metodológico e científico explicação para tal fato, buscar-se-á compreender o processo de desmembramento de Santa Cristina do Pinhal. Com embasamento na História Política, será levantada uma série de hipóteses para justificar, a partir do contexto do Rio Grande do Sul, esse processo ocorrido na transição do Império para a República (1889-1892).

**Palavras-chave:** Liberais. Republicanos. Castilhismo. Santa Cristina do Pinhal. Desmembramento.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Busto de Júlio de Castilhos no centro do Brasão do Rio Grande do Sul, foto feita no acervo do Museu Júlio de Castilhos. Porto Alegre/RS. ....23
- Figura 2: Gráfico do histograma das datas de fundações dos municípios do Rio Grande do Sul .....42

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>A INSTALAÇÃO DO REPUBLICANISMO NO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>14</b>
2.1	O positivismo no Rio Grande do Sul .....	18
2.2	Origens do PRR e a estratégia de controle do Estado.....	21
2.3	A constituição político-partidária gaúcha de 1882 a 1892 .....	25
<b>3</b>	<b>AS ORIGENS DE SANTA CRISTINA DO PINHAL E DE TAQUARA DO MUNDO NOVO.....</b>	<b>30</b>
3.1	Santa Cristina do Pinhal: da ocupação pioneira à emancipação.....	30
3.2	Origens de Taquara do Mundo Novo .....	37
3.2.1	A Colônia do Mundo Novo.....	37
<b>4</b>	<b>DE SANTA CRISTINA DO PINHAL A TAQUARA DO MUNDO NOVO.....</b>	<b>41</b>
4.1	O significado da emancipação política municipal no final do século XIX.....	41
4.2	Os primórdios do município pinhalense .....	43
4.2.1	A eleição para deputado do 1º Distrito do Rio Grande do Sul.....	47
4.2.2	A emancipação de Taquara do Mundo Novo .....	49
4.3	A Instalação do republicanismo em Santa Cristina do Pinhal e em Taquara do Mundo Novo .....	51
4.4	Os três conturbados anos de transição republicana .....	53
4.5	As combinações políticas e o fim da municipalidade em Santa Cristina do Pinhal .....	55
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>59</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No final do século XIX, período de transição do Brasil Império para República, o Rio Grande do Sul apresentou uma nítida disputa de poder entre os liberais e republicanos. As forças políticas estavam consubstanciadas no Partido Liberal e no Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e essa característica da política influenciou em vários aspectos da sociedade gaúcha e nas esferas das municipalidades.

Liberais e republicanos atuaram no processo de transformação de um município sede para distrito. Esse é um fato pitoresco na história gaúcha: um município que perde sua autonomia política justamente para o município que dele se originou.

O propósito da pesquisa é compreender as circunstâncias que levaram o município de Santa Cristina do Pinhal<sup>1</sup> a perder sua autonomia para o município que dele recém se havia emancipado: Taquara do Mundo Novo<sup>2</sup>. Assim sendo, pretende-se apresentar fatos não revelados da história local e, a partir desses, fazer as análises necessárias contextualizadas nos aspectos políticos do Rio Grande do Sul. Pretende-se, dessa forma, retratar o processo de anexação do município de Santa Cristina do Pinhal ao novo município chamado de Taquara do Mundo Novo. Entende-se que simbolicamente este processo de verdadeira decadência ocorrido em Santa Cristina do Pinhal representou diferentes aspectos para a sua população e para os interesses do governo sul-rio-grandense.

A elaboração deste trabalho pretende aprofundar aspectos de relevância para a região do Vale do Paranhana, além de oferecer subsídios importantes para a história sul-rio-grandense, pois há poucas obras com casos que retratem um assunto semelhante ao ocorrido em Santa Cristina do Pinhal, ou seja, o processo de transformação do município em distrito de um outro município do qual recém se havia emancipado. Supõe-se não haver lógica clara para tal transformação, levando

---

<sup>1</sup> Santa Cristina foi elevada à categoria de Vila, em 14 de julho de 1880, pelo art. 3º da Lei 1251, desligando-se da Comarca do Rio dos Sinos e formando, com São Francisco, a Comarca de Santa Cristina. Dados retirados de MÉRCIO, Bayard de Toledo. In KAUTZMANN, Maria Eunice Müller: **História de Taquara**, p. 444.

<sup>2</sup>A emancipação do município de Taquara do Mundo Novo ocorreu no dia 17 de abril de 1886, conforme *Lei 1568*. Santa Cristina do Pinhal perdeu sua autonomia para Taquara do Mundo Novo, no dia 1º de setembro de 1892, através do *Ato nº. 302*.



o autor desta pesquisa a questionar: Por que Santa Cristina do Pinhal deixou de ser município e se tornou distrito? E mais: Por que ele foi incorporado a um antigo distrito seu?

Algumas questões que nortearão a pesquisa estão baseadas em perguntas que buscam algumas explicações para tal fato e podem ser pontuadas da seguinte forma: Teria sido por questões econômicas, conforme apresentado pela historiografia local, que Santa Cristina do Pinhal sucumbiu administrativamente ante Taquara do Mundo Novo, município originado a partir de uma colônia de imigrantes alemães e que estava em plena ascensão econômica?

Contudo, é através do viés político que se busca a explicação, uma vez que Santa Cristina do Pinhal tinha sua política caracterizada pela presença de influentes líderes ligados ao já extinto Império e contrários aos interesses do PRR.

A realização desta pesquisa tem o seguinte suporte teórico-metodológico: sua estrutura será através do recorte histórico estabelecido pela micro-história, analisando a região onde estava inserido Santa Cristina do Pinhal. Tem-se como base para essa estrutura um contexto na macro-história, havendo, assim, uma sustentação para as hipóteses e afirmações que se lançaram para o caso estudado, visto que se sabe que há pouco material sobre Santa Cristina do Pinhal. Desse modo, buscaram-se fontes em arquivos, museus, para formular dados e dar adequação das idéias do autor ao contexto sul-rio-grandense estudado.

Buscaram-se, na bibliografia do período estudado, os fatos da história do Rio Grande do Sul e, a partir dessa contextualização, realizaram-se algumas hipóteses para o caso de Santa Cristina do Pinhal e chegou-se a algumas conclusões a respeito do que ocorreu em seu processo de desmancipação<sup>3</sup>:

Das obras de referência, utilizou-se, como meio para ilustrar, o contexto nacional **Sodré (1962)**, que apresenta, em sua obra, aspectos de relevância econômica para justificar a decadência do Império ante a República. Utilizou-se também a obra de **Costa (1999)**, sendo ela de extrema importância para o trabalho, pois demonstra a visão dos republicanos e dos monarquistas referente ao Golpe Republicano de 15 de novembro de 1889, segunda a autora.

No âmbito da historiografia gaúcha, têm-se como fontes de pesquisa diversos autores, começando-se por destacar, entre eles, os textos de **Pesavento**

---

<sup>3</sup> **Desemancipação:** termo que se utiliza nesta pesquisa para representar o fato da perda da autonomia política do município de Santa Cristina do Pinhal.

(1979) por ser julgada essa obra como uma referência do contexto gaúcho no período de implantação da república positivista no Estado. A obra apresenta e relaciona os fatores que levaram à mudança do poder político.

Outro autor, **Trindade (1979)**, analisa, em sua obra, os aspectos políticos para a formação partidária republicana e a tendência do Estado do Rio Grande do Sul para o bipartidarismo. É justamente em Trindade que se encontram as maiores informações e subsídios suficientes para defender, em muitos aspectos, que o processo de desemancipação tenha ocorrido por motivos políticos.

**Soares (1998)**, por sua vez, traz à tona aspectos fundamentais para entender a filosofia que norteou a política gaúcha e brasileira: o positivismo comteano em sua abrangência não somente como doutrina política, mas como uma filosofia social, englobando vários aspectos, os quais vão desde a religião até a implantação de uma ditadura científica.

A partir de **Boeira (2002)**, tem-se uma visão ampla do positivismo aplicado no Estado do Rio Grande do Sul, já que o autor apresenta as variações que essa filosofia apresentou no Rio Grande do Sul, a ponto de defini-lo como “positivismo rio-grandense”. A obra também é de valia para compreender as adaptações que o positivismo sofreu, sendo essas ocasionadas pela necessidade de quem estava no poder para aumentar suas influências, o que acabou ocasionando um distanciamento entre a doutrina de Comte e o que foi posto em prática em solo gaúcho.

Em **Franco (2001)**, encontram-se informações desde a transição da Monarquia para a República até a outorgação da Constituição de 1891 no Rio Grande do Sul.

Através de **Gertz (1999)** e **Roche (1969)**, têm-se subsídios para salientar a participação dos imigrantes alemães na política gaúcha e a importância dos teutos para a economia estadual, justificando, assim, o aumento de influências de cidadãos teuto-brasileiros no cenário político-econômico gaúcho.

No que tange à história regional, buscaram-se em **Magalhães (2003)** minúcias sobre a questão da formação da região pesquisada, além de detalhes de aspectos de Santa Cristina do Pinhal e de Taquara do Mundo Novo. Utilizaram-se também artigos encontrados em **Kautzmann (2004)** e **Engelmann (2004 e 2006)**, que fornecem dados relativos à história de Santa Cristina do Pinhal e de Taquara.

Seguindo a proposta teórica, fez-se uma apreciação dos fatos através do estudo da micro-história, pesquisando sobre fontes e dados do município de Santa Cristina do Pinhal em diversos segmentos: seu histórico, povoamento, influências políticas e a relação dessa localidade com o núcleo germânico encontrado em Taquara do Mundo Novo. Assim, buscaram-se subsídios para analisar as causas deste processo político-administrativo entre as duas localidades.

Buscou-se, então, uma explicação através das análises da micro-história<sup>4</sup>. E, no seu princípio unificador, a mesma propicia a crença de que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados nos fenômenos previamente considerados como bastante descritos e compreendidos e que assumem significados completamente novos quando se altera a escala de observação. Então, é possível utilizar esses resultados para extrair uma generalização mais ampla, embora as observações iniciais tenham sido feitas dentro de dimensões relativamente estreitas e mais como experimentos do que como exemplos.<sup>5</sup>

Utilizou-se documentação encontrada juntamente com outro pré-requisito da essência da micro-história: “a contextualização”<sup>6</sup>, onde a macro e a micro-história interagem com o intuito de esclarecer o fato estudado nesta pesquisa: o processo de desmembramento de Santa Cristina do Pinhal.

As interferências da macro-história, principalmente no que tange ao contexto sul-rio-grandense no período focado no trabalho, entre os anos de 1880 e 1892, permitem observar a ebulição na esfera político-social com a fundação, em 1882, do Partido Republicano Rio-grandense – PRR<sup>7</sup> e a difusão das idéias positivistas em solo gaúcho. Isso ocorreu ante um país ainda sob regência imperial e ante as mudanças que ocorreram a partir de 1889 com o advento republicano no Brasil, ocasionando um gradativo processo de alternâncias no poder do Estado Rio-

---

<sup>4</sup> Segundo a definição de Giovani Levi, encontrada em VAINFAS: “A micro-história é essencialmente uma prática historiográfica em que as referências teóricas são variadas e em certo sentido ecléticas. O método está de fato relacionado, em primeiro lugar, e antes de mais nada, aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador, e, assim, a micro-história não pode ser definida em relação às microdimensões de seu objeto de estudo” VAINFAS, Ronaldo. **Os Protagonistas anônimos da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

<sup>5</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (org). **A Escrita da História - Novas Perspetivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992 (Tradução de Magda Lopes).

<sup>6</sup> VAINFAS, Ronaldo. **Os Protagonistas Anônimos da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2002 (p. 119).

<sup>7</sup> Referência da fundação do PRR, WASSERMANN, Cláudia. O Rio Grande do Sul e as Elites Gaúchas na Primeira República: Guerra Civil e a crise no bloco do poder. In **Capítulos da História do Rio Grande do Sul**. Diversos autores, p. 273.

grandense, o qual teve, na Constituição de 1891, um marco para a nova ordem política.

Deve-se destacar que este trabalho está embasado na “Nova História Política”<sup>8</sup>, tendo ela uma nova concepção, em que a História Política deixa de ser vista de cima para baixo, ou de ser uma história das elites, passando, acima de tudo, a ser uma história social. Conforme RÉMOND<sup>9</sup>, a volta do político tem sentido a partir das transformações sociais mais amplas que propiciaram o retorno do prestígio ao campo do político e à própria dinâmica interna da pesquisa histórica.

A partir dessa análise, começa-se a explorar, no primeiro capítulo, os aspectos teóricos que dão sustentação no campo da macro-história, sendo esses baseados na historiografia política gaúcha do período do advento da **Política Castilhista**<sup>10</sup> no Rio Grande do Sul. Para tanto, utilizou-se o recorte temporal proposto pelo trabalho entre os anos de 1880, fundação do PRR, e 1892 (ano fundamental para o início da consolidação do castilhismo), um ano após a outorgação da Constituição Castilhista<sup>11</sup>, de 14 de julho de 1891. Nesse contexto, encontra-se o reflexo imediato de uma nova etapa da política gaúcha.

No segundo capítulo, apresentam-se as origens de Santa Cristina do Pinhal e de Taquara do Mundo Novo. São identificados os aspectos de formação histórica e política, passando brevemente pelo período de colonização e povoamento, além de retratar a gradativa evolução econômica e política, até se tornarem municípios emancipados.

No terceiro capítulo, analisa-se o breve período de existência do município pinhalense, seus ganhos e perdas territoriais, contextualizando Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo. Apresenta-se o jogo político que então

---

<sup>8</sup> O eixo central da renovação proposta por esses historiadores decorre do intercâmbio com a ciência política, permitindo que o tema da participação na vida política ocupe um espaço fundamental na história. Assim, os estudos sobre processo eleitoral, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública, mídia e relações internacionais têm-se expandido constantemente. Os contatos com a sociologia, a lingüística e a antropologia também têm frutificado através do desenvolvimento de trabalhos sobre a sociabilidade, análises de discurso e história da cultura. FERREIRA, Marieta de Moraes. **A Nova “Velha História”**: o retorno da história política. Site: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/109.pdf>>. Acesso em 23 de outubro de 2008.

<sup>9</sup> RÉMOND, René. O retorno do político. *in* . Em Chauveau, Agnès. **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC 1999 (Trad. Ilka Stern Cohen).

<sup>10</sup> Sobre a política castilhista, ou castilhismo, ver em: FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre/RS: Ed. da Universidade/UFRGS. 4. ed., 1996.

<sup>11</sup> Conforme se encontra em SOARES (1998), a Constituição de 1891 foi obra exclusiva de Castilhos, o que dá subsídio para intitular a Constituição de 1891 de Constituição Castilhista. SOARES, Mozart Pereira. **O Positivismo no Brasil**: 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre/RS: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998 (p. 137).

aconteceu, demonstrando o processo de mudança na elite política local (ocorrida a partir da perda do controle de Santa Cristina do Pinhal sobre Taquara do Mundo Novo e com maior evidência após a instauração do republicanismo no Rio Grande do Sul), processo esse que acabou por ocasionar uma série de profundas mudanças na ordem social, culminando com a alteração da sede do município de Santa Cristina do Pinhal para Taquara do Mundo Novo.

Reitera-se que se pretende, com esta pesquisa, inter-relacionar a micro-história com a macro-história, utilizando-se de ambas como forma de compreensão do processo político-administrativo gaúcho ao mesmo tempo em que se interpreta o fato ocorrido em Santa Cristina do Pinhal, que passou de município sede para o distrito de um município que do primeiro se havia originado. Pretende-se também interpretar a política sul-rio-grandense através dos fatos ocorridos em Santa Cristina do Pinhal, nos quais se espera encontrar aspectos que mostrarão, na prática, a política de Júlio de Castilhos, principal líder do PRR, de estabelecer e fortalecer seu partido nos diversos locais do Rio Grande do Sul. Pode-se, ainda, comparar a diferença entre a teoria e a prática da filosofia política social castilhista de cunho positivista<sup>12</sup>, implantada por Júlio de Castilhos<sup>13</sup> no Rio Grande do Sul, em especial após a outorgação da Constituição Castilhista, de 1891.

Todos esses aspectos conduzem à reconstrução da história de des emancipação política de Santa Cristina do Pinhal.

---

<sup>12</sup> Positivismo doutrina filosófica desenvolvida pelo francês Augusto Comte baseada na cientificidade, segundo a qual a ciência é considerada o único conhecimento possível e a empiria o único caminho metodológico válido. Através da ciência, Comte vislumbra o progresso e a ordem social, pilares de sua filosofia e religião positivista. Ver em SOARES, Mozart Pereira. **O Positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte**. Porto Alegre/RS: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

<sup>13</sup> Referência à influência comtiana. Ver em SOARES, Mozart Pereira. **O Positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte**. Porto Alegre/RS: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998 (p. 132).

## 2 A INSTALAÇÃO DO REPUBLICANISMO NO RIO GRANDE DO SUL

A idéia do republicanismo<sup>14</sup> em solo gaúcho não representava uma novidade no imaginário político sul-rio-grandense. Desde a Guerra dos Farrapos<sup>15</sup>, entre 1835 e 1845, o Estado declarou-se independente da Monarquia brasileira, estabelecendo, por praticamente dez anos, um país independente e republicano, embora essa condição de país independente nunca tenha sido reconhecida oficialmente. Com o fim da revolta farrapa, o republicanismo estava enfraquecido. Porém, à medida que o Império brasileiro começou a declinar, voltou a se fortalecer a possibilidade do regime republicano no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul devido a suas raízes republicanistas, ficando, então, mais evidenciado o fortalecimento dessas idéias.

Sodré<sup>16</sup> apresenta que a implantação do regime republicano no Brasil correspondeu, conforme os ideais políticos da época de sua implantação, final do século XIX, à substituição do arcaico modelo político Monarquista, passando a República a representar a nova visão administrativa que se adequaria às novas necessidades da sociedade brasileira. No entanto, convém destacar que o autor retrata uma transição pacífica, sem grandes alterações para a sociedade brasileira, pois o Império brasileiro, segundo ele, demonstrava uma gradativa decadência em contrapartida às mudanças da sociedade, que levaram à aceitação de uma idéia republicana.

---

<sup>14</sup>O republicanismo brasileiro se caracteriza menos pela insistência na temática das virtudes cívicas, típica do republicanismo clássico e do neo-republicanismo, e mais pela preocupação com a necessidade de fortalecer o senso da *res publica*, da coisa pública, entre os cidadãos. PINZANI, Alessandro: **Republicanismo(s), democracia, poder** (p.5) Retirado do site <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article>. acesso em 29 de agosto de 2008.

Contudo, julga-se que esta definição, embora seja aceitável, deve ressaltar que o aspecto da “*res publica*”, “a coisa pública”, represente sim a possibilidade de uma classe em ascensão econômica e política de poder exercer essa cidadania, ficando a maior parte da população excluída de qualquer direito político.

<sup>15</sup> Sobre a Guerra dos Farrapos, ver: FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 3.ed., 1985.

<sup>16</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo/SP: Ed. Brasiliense, 1962 (p. 291).

Para Sodré, a decadência imperial apresenta três momentos, a saber:

[...] de 1871 a 1878, emancipação gradual, liquidação diplomática da aliança, começo da democratização do sistema de imprensa e condições baratas, - os bonds, que tinham começado em 1868, revolucionam os antigos hábitos da população – idéia republicana, viagens imperiais e caráter democrático que o imperador nelas ostenta e depois delas assume; de 1879 a 1887, eleição direta, agitação abolicionista, importância maior do sul pelo progresso rápido de São Paulo, desaparecimento de antigos estadistas, novos moldes, processos de ambições; de 1887 a 1889, doença do Imperador, seu afastamento gradual dos negócios, descontentamento do Exército, abolição súbita, prevenções contra o Terceiro Reinado (da grande propriedade contra a Princesa D. Isabel). Do Exército contra o conde d'Eu, futuro Imperador, ouro abundante, febre da Bolsa, Positivismo, surpresa final de 15 de novembro. (SODRÉ, 1962, p. 293)<sup>17</sup>.

O aspecto de transição gradativa e pacífica do Império para a República, tendo como pano de fundo a necessidade da sociedade brasileira, que estava por se inserir num sistema capitalista/imperialista, é questionável. Conforme Costa (1999), houve sim manifestações contrárias à instalação do republicanismo no Brasil, inclusive com algumas expectativas por parte dos partidários monarquistas de retomada do poder, fazendo uma alusão pejorativa ao golpe de 15 de novembro e caracterizando esse processo como uma parada militar incapaz de administrar o país, não apresentando condições de estabelecer a ordem e o equilíbrio econômico necessário. Conforme Costa, os partidários monarquistas definiam o Império da seguinte maneira:

O Império não foi a ruína, foi a conservação e o progresso. Durante meio século manteve-se íntegro, tranqüilo e unido o território colonial. Uma nação atrasada e pouco populosa converteu-se em grande e forte nacionalidade, primeira potência sul-americana, considerada e respeitada em todo o Mundo. (COSTA, 1999, p. 393)<sup>18</sup>.

Costa afirma que a transição do Império para a República não aconteceu de forma tão aceitável, conforme Sodré. No Rio Grande do Sul, houve um exemplo

---

<sup>17</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo/SP: Ed. Brasiliense, 1962 (p. 291).

<sup>18</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia a república: momentos decisivos**. 7.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

claro desse complexo processo transitório, caracterizado por intensas disputas pelo poder por políticos republicanos e políticos ligados aos interesses do extinto Império. Essas questões serão discutidas mais adiante neste capítulo.

Em seu trabalho, Costa também apresenta, além da versão dos monarquistas, a versão dos republicanos, que defenderam a origem republicana no Brasil arraigada às “origens étnicas no povoamento e que o regime republicano sempre constituiu aspiração nacional” (1999, p. 388), além de apresentar outros fatores para a consolidação republicanista no Brasil:

[...] a constituição etnográfica, a transição para um regime de trabalho agrícola e industrial de tipo europeu, as relações entre nações americanas, a propaganda em prol da República promovida por meio de livros e jornais, a corrupção política e a deficiente administração do Império, a pernicioso influência do poder pessoal do “numeroso partido republicano” existente em São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a repercussão da Lei Áurea, a atitude armada e do Exército, a má disposição em relação a um terceiro reinado e, finalmente, o fator desencadeante do movimento: a política levada a efeito pelo ministério de 7 de junho contra republicanos e as classes armadas. (COSTA, 1999, p. 389)<sup>19</sup>.

Independentemente do ponto de vista dos autores, encontra-se, de modo geral, na historiografia brasileira, que a substituição do regime monárquico pelo republicano representou para o Brasil a substituição do antigo pelo novo. FRANCO também dá subsídios sobre o significado da transição da monarquia para o império:

Por espaço de dezenove anos, os republicanos, com reconhecimento tácito, senão explícito dos monarquistas, haviam objetivado que a monarquia era uma instituição de caráter exótico e já ultrapassada, e que a república era inevitável, sendo, como era a forma de governo americana, a mais perfeita. A afirmação constante desses temas e mais a crença, mantida, segundo parece por todos, desde o Imperador até o último dos seus funcionários, de que o estabelecimento da república era apenas uma questão de tempo, afetou profundamente o povo brasileiro, pondo-o em condições de aceitar a mudança de governo. Do contrário, não haveria explicação para o rápido triunfo da revolta de 15 de novembro. A doutrinação do povo, pelo Partido Republicano, constitui, pois, a maior contribuição deste último para a revolução. O contínuo e rápido aumento do número de seus adeptos deu à idéia o necessário prestígio.<sup>20</sup> (FRANCO, 2001, p. 52).

---

<sup>19</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia a república: momentos decisivos**. 7.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999 (p. 389).

<sup>20</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Getúlio Vargas e outros ensaios**. 4.ed. Porto Alegre/RS: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.



A instauração republicana no Brasil passou então a representar o rompimento com o passado, sendo a nova República constituída por militares liderando o processo de transição entre a Monarquia e a República. E, como base ideológica para esses militares, havia as idéias positivistas<sup>21</sup>, de Augusto Comte, que já se faziam presentes no exército antes mesmo do fim do Império.

Para compreender melhor a filosofia positivista, será feita uma breve descrição do contexto de formação do positivismo comtiano:

A filosofia positivista de Comte surgiu num contexto europeu convulsionado pelas transformações advindas da Revolução Industrial. Dentro desse panorama, Comte erigiu-se como defensor da sociedade burguesa em ascensão. Seu interesse precípua é a sua conservação e pleno desenvolvimento, colocando-a a salvo tanto das forças de reação como a de revolução. Ao mesmo tempo em que, para conservar a sociedade burguesa, acelerou o desenvolvimento industrial e buscou suprimir a contestação, a filosofia comtiana revelou-se, desde já, como progressista-conservadora, conotação que veio corresponder aos anseios das novas elites emergentes.

A conjugação dos dois princípios – ordem e progresso – são premissas fundamentais do positivismo. (PESAVENTO, 1979, p. 206)<sup>22</sup>.

Assim sendo:

Contrapõe-se à teoria comtista a idéia de revolução, pelo que a perspectiva positivista nega o conflito social, procurando eliminá-lo como fonte de perturbação e transformação estruturais.

Tais noções básicas de positivismo – ordem estabelecida como progresso social e progresso material sem alteração da estratificação social, adequando, portanto, às perspectivas de grupos interessados na conservação de posições conquistadas. (PESAVENTO, 1979, p. 207)<sup>23</sup>.

As idéias positivistas começaram a ter circulação, na província gaúcha, ainda no ano de 1868, através do Partenon Literário, sendo este uma sociedade de

---

<sup>21</sup> Positivismo doutrina filosófica desenvolvida pelo francês Augusto Comte baseada na cientificidade, segundo a qual a ciência é considerada o único conhecimento possível e a empiria o único caminho metodológico válido. Através da ciência, Comte vislumbra o progresso e a ordem social, pilares de sua filosofia e religião positivista.

<sup>22</sup> PESAVENTO, Sandra Jatay. República Velha Gaúcha: “Estado Autoritário e Economia” in DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1979.

<sup>23</sup> Idem, ibidem.

intelectuais da época constituída por escritores de diversos gêneros literários: contistas, livres-pensadores, jornalistas, políticos, religiosos, demonstrando um aspecto de ecletismo cultural. Pode-se assim afirmar sobre o positivismo:

Suas manifestações não se limitaram a um ou outro aspecto do sistema comtiano, mas abrangeram sua totalidade: foram políticas, científicas, religiosas e, ainda, estéticas. Em todas essas modalidades foram indeléveis as marcas deixadas pela doutrina, em suas instituições e monumentos.(SOARES: 1998, p. 126)<sup>24</sup>.

A implantação do regime republicano foi embasada ideologicamente na filosofia positivista de Augusto Comte. Assim sendo, o positivismo passou a ser a principal referência ideológica para os políticos durante a República Velha<sup>25</sup> e o Rio Grande do Sul. Devido a sua tendência para o republicanismo, foi uma das províncias que mais sofreu influência do positivismo comtiano.

## 2.1 O positivismo no Rio Grande do Sul

É através da imprensa que o positivismo vai começar a proliferar suas idéias, tendo como destaque, nos primórdios, os autores Guilhermino César e Augusto Luiz, sendo o último o autor do destacado artigo “A unificação das religiões em torno de uma só religião e da filosofia em torno de uma filosofia”, que circulou na revista do *Partenon Literário* em outubro de 1874, iniciando assim as influências comtistas na literatura gaúcha.

Após esse impulso primordial na literatura gaúcha, ocorreu, na década de 1880, o início de uma geração onde as influências positivistas se intensificaram e se consolidaram, principalmente através de Júlio de Castilhos, pessoa de carisma reconhecido. A posição desse líder foi de fundamental importância para que a filosofia comtista se estabelecesse no Rio Grande do Sul:

---

<sup>24</sup> SOARES, Mozart Pereira. **O Positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte**. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade/UFRGS, 1998 (p. 126).

<sup>25</sup> República Velha: período da república brasileira que se estende desde a proclamação da República (1889) até o ano de 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder através de um golpe de Estado. Sobre República Velha, ver em: COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia a república: momentos decisivos**. 7.ed. São Paulo/SP: Fundação Editora da UNESP, 1999.

Sob influência carismática de Júlio de Castilhos e correligionários contemporâneos, o Positivismo, em seu aspecto político, atingiu um dos mais altos níveis logrados pela doutrina de Comte no Brasil.. (SOARES: 1998, p. 132)<sup>26</sup>.

Um dos meios que Castilhos utilizou para difundir as idéias republicanas, foi a imprensa, em especial a partir do ano de 1883, com a fundação do jornal *A Federação*. *A Federação* foi o órgão oficial do PRR, à frente do qual Castilhos ficaria por quatro anos como redator-chefe. Ao cabo desses anos, Castilhos tirou uma breve licença do jornal, retomando suas atividades em 1889, ano da Proclamação da República.

Contudo, não se pode descrever o positivismo posto em prática em sua plenitude e sim como uma adaptação de suas idéias às necessidades políticas administrativas locais. Esse fato ocorreu com maior relevância no Estado do Rio Grande do Sul através do Partido Republicano Rio-grandense, o PRR.

É conhecida a identificação do PRR com o positivismo. O que cumpre analisar é até que ponto o comtismo foi a ideologia que veio a se justapor a completar uma situação formada, coadunando-se com a ordem econômico-social vigente e oferecendo um projeto social que, respondendo aos interesses de uma classe determinada, se apresentava com abrangente de todo o corpo social.

Não se quer dizer com isso que a República Velha foi positivista “in totum”. Parece, contudo, que o Rio Grande do Sul foi o Estado onde as idéias positivistas encontraram maior eco e exeqüibilidade. (PESAVENTO:1979, p. 205)<sup>27</sup>.

No Rio Grande do Sul, nota-se a utilização de idéias que contrariam a doutrina comtiana em sua essência. Um belo exemplo dessa contrariedade está no aspecto intervencionista do Estado na economia. Enquanto Comte prega o liberalismo absoluto da sociedade no “pensamento econômico, religioso, profissional” (Pesavento, 1979, p. 209), encontram-se, na administração sul rio-grandense, medidas opostas ao liberalismo, com o Estado intervindo fortemente na economia e na sociedade:

<sup>26</sup> SOARES, Mozart Pereira. **O Positivismo no Brasil**: 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade/UFRGS, 1998. (p. 126) (p.132).

<sup>27</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha Gaúcha: “Estado Autoritário e Economia”. In DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1979.

[...] na medida em que o Estado promove e canaliza a iniciativa privada, intervindo na economia, tem-se montado um esquema paternalista e intervencionista, onde o governo é o centro máximo das decisões fundamentais. (PESAVENTO: 1979, p. 210)<sup>28</sup>.

Pode-se então sugerir que a nomenclatura mais adequada para a filosofia posta em prática no Rio Grande do Sul é o “**castilhismo**”, visto que o termo “positivismo” representa a fonte de inspiração, mas não foi aplicada essa filosofia, em sua plenitude, no Estado Rio-grandense. Justifica-se essa posição com base na interpretação da idéia apresentada por Boeira, na qual:

[...] o comtismo não contém um programa econômico específico, mesmo que geral, mas apenas determinações a respeito de hierarquia social de trabalho, da função da propriedade privada, dos monopólios, etc. A idéia de um Estado condutor de políticas econômicas, que muitos quiseram encontrar no positivismo francês e gaúcho, é inteiramente avessa aos ideais de sociedade de Augusto Comte. Observações similares podem ser feitas sobre a aplicação no caso do Rio Grande do Sul de conceitos comtianos como “ditadura científica”, “política positiva” e crítica ao liberalismo” [...] muitos dos problemas concretos enfrentados pelos positivistas gaúchos não receberam tratamento na obra do filósofo francês. (BOEIRA, 2002, p. 242/243)<sup>29</sup>.

O Estado do Rio Grande do Sul historicamente se caracterizou pelo autoritarismo da classe dominante presente no poder e da elite dirigente. Mesmo que essas, por vezes, não estivessem sempre em pleno acordo, por muitas vezes, foi tracejado um arranjo social entre essas classes a fim de estabelecer assim um Estado autoritário.

É nesse contexto que se inclui a localidade de Santa Cristina do Pinhal: Havia um poder de ideologia castilhista forte e centralizado nas mãos do PRR no Estado, e esse autoritarismo servia como base para se contrapor às forças liberais opostas ao republicanismo. Em Santa Cristina do Pinhal, a maioria dos membros da elite política era liberal, e, em cima dessa disputa política, podem-se compreender alguns aspectos que levaram Santa Cristina do Pinhal a perder sua autonomia.

---

<sup>28</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. República Velha Gaúcha: “Estado Autoritário e Economia”. In DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto 1979.

<sup>29</sup> BOEIRA, Nelson. O Positivismo do Rio Grande do Sul: Questões pendentes e temas para pesquisa. In RECKZIEGEL Ana Luiza Setti; FÉLIZ Loiva Otero. **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: Editora da Universidade UPF, 2002 (p. 242/243).

## 2.2 Origens do PRR e a estratégia de controle do Estado

As influências positivistas irão impregnar os ideais dos políticos dos primórdios republicanos no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, por conta do caráter da política autoritária característica do Estado. Existe na doutrina comtiana um perfeito embasamento de estabelecimento de ordem social:

[...] o positivismo, corrente de pensamento com conotações de autoritarismo, foi adotado como matriz de orientação político-administrativa pelo grupo que empolgou o poder, adequando-se ao esquema montado e propondo, ao mesmo tempo, soluções novas para os problemas que se apresentavam.

[...] talvez se possa acrescentar a esta linha de considerações definidoras do autoritarismo que tenderia a caracterizar-se ainda pela hipertrofia e independência progressiva do executivo face aos demais poderes (PESAVENTO, 1979, p. 196)<sup>30</sup>.

Trindade (1979) reforça esses aspectos ao demonstrar como se iniciou o PRR:

O modelo conservador-autoritário deita raízes nos fundamentos ideológicos do grupo mais representativo da propaganda republicana no Rio Grande do Sul que se inspira no ideário positivista. O Partido Republicano Rio-Grandense organiza-se, por iniciativa do clube republicano de Porto Alegre, em fevereiro de 1882, que convoca uma convenção regional na qual é eleita a primeira comissão executiva provisória formada por Ramiro Barcellos, Demétrio Ribeiro, Luis Leiseigneur, João Pedro Alves e Apolinário Porto Alegre. (TRINDADE, 1979, p.122)<sup>31</sup>.

Júlio de Castilhos, apesar de não estar na relação inicial dos membros da comissão executiva do PRR, tornou-se um destacado filiado ao partido. Sua influência começa a se intensificar perante a sociedade gaúcha a partir do jornal “A

<sup>30</sup> PESAVENTO, Sandra Jatay. República Velha Gaúcha: “Estado Autoritário e Economia”. In DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1979. (p. 196)

<sup>31</sup> TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937). In DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**. 1979 (p. 122).

Federação. “A Federação” serviu como instrumento de divulgação e propagação dos ideais republicanos e positivistas.

Para Trindade (1979):

O estudo do PRR revela uma série de peculiaridades, se o compararmos com os demais existentes no período da propaganda na medida em que, se distanciando da ideologia liberal dominante, fez da filosofia positivista a sua doutrina e se organizou de tal forma que, mesmo sendo minoria e tendo grandes opositores nos grupos dominantes gaúchos, chegou em 1889 com uma força capaz de tomar o poder e tornar-se o partido hegemônico por longínquos anos no Rio Grande do Sul. (TRINDADE, 1979, p. 123)<sup>32</sup>.

A filosofia positivista tem, em maior evidência, o seu caráter autoritário, principalmente a partir da Constituição “Castilhistas”, de 1891<sup>33</sup>, na qual ficaram outorgados princípios como:

Ausência da divisão de poderes e conseqüente concentração de poderes nas mãos do Presidente do Estado; ausência da Assembléia Legislativa por uma Assembléia de Representantes com atribuições exclusivamente orçamentárias; atribuições originais na organização municipal; substituição da proclamação liberal em torno de direitos e deveres dos cidadãos por garantias gerais de ordem e progresso. (TRINDADE, 1979, p. 123/124)<sup>34</sup>.

Estava assim estabelecida a “ditadura científica”, a qual dava ao Presidente do Estado amplos poderes na sua administração numa tentativa de enfraquecer uma oposição que, nesse período, era constituída pela maioria do eleitorado. Tal contradição de uma lógica política “democrática”, onde a maioria tende a se

---

<sup>32</sup> TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937). In DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1979 (p. 123).

<sup>33</sup> A Constituinte, reunida a 25 de julho, recebeu do Governo o projeto elaborado por uma comissão integrada por Assis Brasil, Ramiro Barcelos e Castilhos. Segundo afirmaram os dois primeiros, o projeto, que não assinaram por discordarem da orientação positivista do mesmo, foi obra exclusiva de Castilhos. Tudo quanto não conseguiu introduzir na Constituição Federal, logrou transportar para a Rio-grandense. Promulgada a 14 de julho de 1891, a Assembléia Constituinte encerrou seus trabalhos com a eleição do Presidente do Estado, que recaiu em Júlio de Castilhos. Estava plenamente consolidada sua condição de chefe, que iria manter até o fim de seus dias, mesmo fora do poder (SOARES: 1998 p. 137). A partir dessa afirmação de SOARES, define-se a Constituição de 1891 como Constituição Castilhista pelo fato de ela ter sido elaborada exclusivamente por Júlio de Castilhos.

<sup>34</sup> TRINDADE, op.cit., p. 123/124.

estabelecer no poder, passa a ser compreendida através da seguinte análise, que vai do campo da ideologia político-social à capacidade de organização partidária:

Se a doutrina positivista do PRR foi, em grande medida, responsável pelo tipo de posição tomada pelo partido em relação à sua forma de atuar no contexto político de que participou, deve-se creditar ao grupo que fundou e trabalhou no partido esta capacidade de organização e firmeza ideológica. Neste sentido, o Partido Republicano Rio-Grandense, embora minoritário (se comparado com o poderoso Partido Liberal, de Silveira Martins), compensou sua debilidade numérica através de uma disciplinada estruturação partidária combinada com forte coesão ideológica, definida nos Congressos Republicanos e expressa de forma combativa na propaganda e na imprensa partidária (TRINDADE, 1979, p.125)<sup>35</sup>.

A respeito da propaganda e do simbolismo utilizado pelo PRR, verifica-se, na imagem a seguir (figura 1), a questão do estabelecimento de amplos poderes ao chefe do executivo, já que se tem, na imagem, um significado do ideal do poder de Júlio de Castilhos, representando com ele, simbolicamente, o próprio Estado.



**Figura 1: Busto de Júlio de Castilhos no centro do Brasão do Rio Grande do Sul, foto feita no acervo do Museu Júlio de Castilhos. Porto Alegre/RS.**

<sup>35</sup> TRINDADE, Hélijo. Aspectos políticos do sistema partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937). In DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1979. (p. 125).

As peculiaridades de administração política imposta pelo PRR foram traduzidas na historiografia do Rio Grande do Sul como uma ditadura científica. Franco (1998) pondera a respeito do processo de estabelecimento da ditadura científica no Rio Grande do Sul:

O caso do castilhismo e da constituição rio-grandense de 1891 não deixa de ser um caso singular, que desafia o intérprete da história. Em pleno ciclo do liberalismo político, e bem antes de triunfarem no mundo ocidental ideologias autoritárias, vicejou no Rio Grande do Sul uma doutrina hostil à representação parlamentar, e que, embora cultivando declarações libertárias, que afirmavam a necessidade de todas as garantias individuais e de todas as prerrogativas de cidadania, fraudava a básica liberdade do voto e negava representações às minorias. Se por um lado, fazia concessões à democracia direta, por outro, concentrava o poder nas mãos de um presidente ditatorial, que administrava e legislava, que intervinha arbitrariamente nos municípios e que manipulava, ao seu bel-prazer, a polícia jurídica e o ministério público... (FRANCO, 2001, p. 24)<sup>36</sup>.

No entanto, mesmo com o franco autoritarismo partidário, o estabelecimento da consolidação republicana em solos gaúchos ocorreu através de um processo de lutas políticas, de idas e vindas de políticos no poder executivo, ora ligados a republicanos, ora ligados à oposição, geralmente do Partido Liberal, até que Júlio de Castilhos, após um período transitório de seis anos, estabeleceu o PRR no poder.

A transição do período monárquico para o republicano foi bastante conturbada, principalmente no Rio Grande do Sul, pois, diferentemente da maior parte do Brasil, ele não consolidou uma hegemonia político-partidária. O Estado Gaúcho passou por uma série de golpes e tentativas de golpes, tendo 14 Presidentes em seis anos. Todo esse contexto de instabilidade política culminaria na Revolução Federalista, de 1893<sup>37</sup>, que teve seu fim em 1895. Nesse ano, foi eleito Júlio de Castilhos. Porém, considera-se a consolidação do PRR a partir de 1898, quando Júlio de Castilhos passa seu cargo ao também eleito Borges de Medeiros, que iniciaria uma série de mandatos como presidente da província. Como se

---

<sup>36</sup> TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do sistema partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937) *in* DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1979. (p.24).

<sup>37</sup> Sobre a Revolução Federalista, ver: PICCOLO, Helga I. L. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas. *In*: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (org.). **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande/RS: Ed. da FURG, 1993.



verificou, isso não havia ocorrido nos anos primordiais do republicanismo gaúcho, uma estabilidade no poder.

O desejo de Júlio de Castilhos era ter tempo para consolidar as influências do PRR no Estado a ponto de acabar com a influência da oposição, solidificando os ideários positivistas castilhistas, estabelecendo assim a hegemonia do PRR no Estado.

Buscando essa hegemonia no Estado, o PRR passa, após o conturbado período de estabelecimento da República, a almejar conquistas de influências no poderio partidário local:

A preocupação principal era, neste momento, **estabelecer sua base política de baixo para cima através do controle do poder político local**. Tornava-se indispensável, para fortalecer-se enquanto partido, bem como para iniciar o processo de conquista do aparelho do Estado, que os líderes da propaganda, articulada nos clubes republicanos acoplassem o domínio partidário com a dominação política local. (TRINDADE, 1979, p.129)<sup>38</sup>.

É nesse sentido que o município de Santa Cristina do Pinhal passou a sofrer maiores interferências do poder estadual. Santa Cristina do Pinhal era um reduto de influentes políticos liberais e teve, na sua política local, um bom exemplo de interferência estadual com a substituição de tradicionais líderes liberais por políticos ligados ao PRR, o que acabou por oportunizar a perda de sua autonomia, conforme será visto mais adiante neste trabalho.

### **2.3 A constituição político-partidária gaúcha de 1882 a 1892**

O Estado do Rio Grande do Sul é um caso específico no Brasil, pois é o único Estado em que o Partido Republicano tem, de fato, uma oposição forte e estruturada a ponto de disputar o poder, seja por meio das urnas, seja por meio de batalhas.

---

<sup>38</sup> TRINDADE, Hélijo. Aspectos políticos do sistema partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937) in DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1979. (p.129).

Trindade (1979) apresenta a questão da consolidação de forças de oposição ao poder:

O surgimento e consolidação de uma oposição estável, que não é um fenômeno corrente na maioria dos sistemas políticos, supõem a configuração de outras condições que vão além da mera contradição político-ideológica. Estudos de política comparada têm demonstrado que a oposição somente atinge um certo grau de estabilidade quando a relação de forças, governo versus oposição, não se traduz numa dominação absoluta e esta dispõe de recursos políticos capazes de enfrentar a disposição do governo de domesticá-la ou eliminá-la. Neste sentido, para a oposição manter-se estavelmente, torna-se necessário que o custo político de sua destruição seja superior à necessidade de tolerá-la. (TRINDADE, 1979, p. 120)<sup>39</sup>.

No caso do Rio Grande do Sul, encontra-se outra peculiaridade em TARGA (1998), que, com referência à especificidade gaúcha no caso da nova constituição política republicana no Rio Grande do Sul, afirma o seguinte:

[...] as oligarquias regionais do tempo do Império transitaram tranqüilamente para os poderes estaduais republicanos e que a Primeira República foi mesmo chamada de República Oligárquica, costumava-se designar oligarquia também o grupo do PRR no poder do Rio Grande do Sul. Pensamos que isso é uma incorreção de designação, uma vez que a fração gaúcha oligárquica tradicional brasileira, que permaneceu no poder em outros estados da federação durante a República, foi, no caso do Rio Grande do Sul, jogada à Oposição. (TARGA, 1998, p. 68)<sup>40</sup>.

A peculiaridade do Rio Grande do Sul, apresentada por TARGA, refletiu-se diretamente na formação político-partidária introduzida no Estado do Rio Grande do Sul desde a consolidação do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), em 1882. A política gaúcha era constituída por duas características básicas. Primeira: a dicotomia político-partidária onde se encontram *conservadores-liberais versus os conservadores-autoritários*. (Trindade, 1979, p. 119). Segunda: a coexistência de dois partidos, o que acabava por originar uma oposição ao partido dominante e

<sup>39</sup> TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937) in DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1979. (p.120).

<sup>40</sup> TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Elites Regionais e formas de dominação. In TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Org. **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: UNIVATES, 1998. (p. 68).

demonstrava uma característica incomum em relação aos demais Estados brasileiros no período republicano, em que a predominância de um partido acabava por sufocar qualquer forma de oposição.

Essas duas características demonstram uma marcante singularidade nas eleições do Rio Grande do Sul, onde havia um processo eleitoral competitivo entre dois partidos, em contrapartida aos demais Estados da nação, caracterizados pelo predomínio de um único partido na disputa pelo poder.

Apesar de contar com um maior número de eleitores, a oposição ao PRR só vai tornar-se uma maior evidência e uma maior consolidação a partir da dissidência de três importantes membros do PRR: Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Faria. Juntos, esses dissidentes do PRR e alguns membros dos antigos partidos monárquicos fundaram, em 1890, a União Nacional, utilizando o jornal liberal *A Reforma* como instrumento de ataques ao Partido Republicano.

Derrotada de forma humilhante nas eleições do mesmo ano e recebendo uma votação praticamente irrisória, a União Nacional teve pouca duração. Alguns de seus dissidentes partiram para a formação de um novo partido: o Partido Republicano Federal - PRF, fundado em 23 de abril de 1891, tendo como mecanismo de imprensa o jornal *O Rio Grande*:

O Partido Republicano Federal nada tem comum com o Partido Federalista, a ser fundado em 1892, por Gaspar Silveira Martins: “O primeiro tinha como ideal o regime presidencial federativo; o segundo, o sistema unitário parlamentar. Foram duas organizações políticas distintas, com programas antagônicos”. (TRINDADE, 1979, p.133)<sup>41</sup>.

A crise ocorrida em nível nacional, no final do ano de 1891, que levou à queda de Marechal Deodoro da presidência do Brasil, teve seu reflexo diretamente no governo sul-rio-grandense. O PRF, através de uma junta formada pelo General Manuel Luiz da Rocha Osório, Assis Brasil e Barros Cassal, toma o poder gaúcho no dia 12 de novembro de 1891, iniciando o período conhecido por *governicho*<sup>42</sup>, cujos

---

<sup>41</sup> TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937). In DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1979 (p. 133).

<sup>42</sup> Sobre o *Governicho*, ver em: PESAVENTO, Sandra Jatahy, **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre/RS: Ed. Mercado Aberto, 1997.

reflexos na região de Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo serão vistos adiante.

O período do *governicho* será politicamente instável e, diante das dificuldades do governo do General Barreto Leite, a quem a junta transmitira o poder, este, sem força para resolver os conflitos nomeia como vice-presidentes Barros Cassal e Araújo Penna. [...] foi estabelecido um plano de retomada do poder pelos republicanos: “permitiu que Castilhos tomasse o poder com um golpe, renunciando em seguida, de modo a transferir o governo estadual a uma figura neutra para que organizasse uma eleição” (TRINDADE, 1979, p. 135)<sup>43</sup>.

Castilhos retoma o poder em julho de 1892, depondo o governo. E, no ano seguinte, assume a Presidência do Estado através do voto.

A máquina Castilhista controlava o Executivo, o Legislativo, os governos municipais e a organização policial do Estado. Os gasparistas, porém, [...] tinham sido apenas desalojados, não destruídos e nenhum dos lados duvidava de que uma luta sangrenta estava prestes a acontecer. (TRINDADE, 1979, p. 135)<sup>44</sup>.

Após a crise instaurada com o *governicho*, novas articulações políticas foram estabelecidas com o fim de se reestruturar a oposição no Rio Grande do Sul. Nesse contexto de rearticulações políticas, Gaspar Silveira Martins foi um personagem marcante, pois a corrente federalista que Gaspar liderava, tornou seu aspecto mais contundente em oposição ao PRR. Silveira Martins defendia o parlamentarismo em oposição ao presidencialismo (centralizador de poder) pregado pelo PRR, inclusive por alguns membros do PRF, o que acabou por afetar a unidade desse partido e originar um novo: o Partido Federalista.

---

<sup>43</sup> TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937). In DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**. 1979 (p. 135).

<sup>44</sup> Idem, *ibidem*.

O novo partido organiza-se apenas um mês após o retorno de seu líder do exílio, no Congresso de Bagé, em 31 de março de 1892: “Diferentemente do Partido Republicano Federal, o Partido Federalista, [...] não significou um agrupamento efêmero; permaneceria em cena durante três décadas[...] a principal meta consistia em introduzir um regime parlamentar (em contraste com o regime presidencial em vigor), sendo o chefe do Estado eleito pelo Parlamento [...] se o novo partido perdia muitos adeptos potenciais que se recusavam a aceitar a supremacia de Silveira Martins, em compensação ganhava mais coesão e unidade de propósito” (TRINDADE, 1979, p. 140)<sup>45</sup>.

Assim foi caracterizada a ordem bipartidária estabelecida: republicanos defendendo o poder centralizado do presidencialismo; federalistas defendendo a descentralização de poderes e o parlamentarismo. Apesar de divergências, algo em comum há entre essas duas correntes políticas: a força da ideologia política defendida, que marca uma série de conflitos ocorridos, em três décadas, no solo gaúcho, numa disputa marcada por fraudes eleitorais e vidas perdidas nas revoltas, o que caracterizou muitas das eleições nesse período.

Serão evidenciados esses fatos em Santa Cristina do Pinhal, onde os conflitos entre liberais e republicanos causaram uma série de disputas internas levadas à esfera estadual a ponto de o governo gaúcho acabar intervindo. Enfraqueceu-se o grupo liberal de uma maneira que praticamente impossibilitou a volta desse grupo ao poder, uma vez que a cidade correspondente a seu grande eleitorado foi eliminada.

No próximo capítulo, começar-se-á a retratar o município de Santa Cristina do Pinhal, primeiramente evidenciando e apresentando o município desde as suas origens até a emancipação.

---

<sup>45</sup> TRINDADE, Hélijo. Aspectos políticos do sistema partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937). In DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**. 1979 (p. 135).

### 3 AS ORIGENS DE SANTA CRISTINA DO PINHAL E DE TAQUARA DO MUNDO NOVO

As origens de Santa Cristina do Pinhal e de Taquara do Mundo Novo<sup>46</sup> têm sua importância, ao serem contextualizadas essas duas localidades no espaço do Rio Grande do Sul, para compreender seus conflitos políticos. Pode-se constatar que os laços presentes nas duas se originaram em decorrência da colonização, em especial da peculiaridade da forma de povoamento que ocorreu a partir do século XIX e da forma como esses povoados se relacionavam econômica e politicamente entre si. Este capítulo tem como delimitação temporal o final do século XVIII, o início da colonização em Santa Cristina do Pinhal, até o ano de 1880, ano da emancipação de Santa Cristina do Pinhal, que se tornaria o primeiro município da região atualmente conhecida como Vale do Paranhana, assim conquistando o controle<sup>47</sup> político regional.

#### 3.1 Santa Cristina do Pinhal: da ocupação pioneira à emancipação

Santa Cristina do Pinhal era conhecida, em seus primórdios, como Pinhal<sup>48</sup>. Localizada à margem esquerda do Rio dos Sinos, estendendo seus territórios da foz do Arroio Butiá até a divisa com Santo Antônio da Patrulha no lado leste e a de Gravataí no lado sul<sup>49</sup>; teve sua ocupação iniciada em 1794, ano em que se encontram os primeiros indícios de ocupação européia.

---

<sup>46</sup> Utilizou-se “Taquara do Mundo Novo” a partir da elevação do então povoado do Mundo Novo distrito de pinhalense em freguesia em 1882, passo decisivo para sua emancipação de Santa Cristina do Pinhal em 1886, pelo fato de ser reconhecido documentalmente o nome dessa localidade. Antes dessa data “Mundo Novo” remete à Colônia do Mundo Novo, povoado inserido em Santa Cristina do Pinhal, que serviu de base de formação para Taquara do Mundo Novo. Informações documentais ver em: **Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar da Câmara.

<sup>47</sup> Quando se refere a *controle*, pretende-se demonstrar que o predomínio, as maiores influências políticas estavam numa determinada localidade, mesmo que essa localidade ainda não tivesse autonomia política.

<sup>48</sup> O nome “Pinhal” é justificado devido à vasta quantidade de araucárias encontradas na região. MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. **Terras senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos**. Tese de Doutorado, 2003.

<sup>49</sup> ENGELMANN, Erni Guilherme, **A Saga dos Alemães – do Hunsrück para o Santa Maria do Mundo Novo**. Igrejinha/RS: E.G.Engelmann, 2004, Volume I. (p. 473).

A respeito dessa ocupação pioneira pinhalense e da dominação oficial, encontra-se em MAGALHÃES:

Caracterizamos a ocupação das terras de Nossa Senhora dos Anjos para o leste e nordeste do Vale do Sinos, detectada, inicialmente, em 1794 e intensificada no século XIX, como movimento de frente de expansão, resultando na formação de um núcleo populacional. Esse núcleo, denominado de Pinhal, recebeu uma capela chamada de Santa Cristina. Da união da denominação administrativa com a religiosa resultou Santa Cristina do Pinhal.<sup>50</sup> (MAGALHÃES, 2003, p. 257).

Santa Cristina do Pinhal então representava uma frente de expansão<sup>51</sup>, sendo essa característica determinante para a constituição social, uma vez que teve sua população constituída basicamente por lusos e “*na vinda de moradores expulsos de outros lugares pelas guerras de espanhóis e portugueses*” (Magalhães, 2003, p. 154)<sup>52</sup>. Cabia a Santa Cristina do Pinhal também o papel estratégico, devido a seu posicionamento geográfico, de fornecimento de produtos, em especial os oriundos de atafonas, alfaiatarias, sendo sua produção voltada especialmente para Porto Alegre, São Leopoldo e ao exército.

Uma série de leis demonstra o processo gradativo por que Santa Cristina do Pinhal passou até atingir sua autonomia política. A primeira lei transcrita representa o início da autonomia para a localidade pinhalense:

---

<sup>50</sup> MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. **Terras senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos**. Tese de Doutorado, 2003. (p. 257).

<sup>51</sup> Segundo MAGALHÃES (2003), o objetivo da frente de expansão é “limpar o terreno para depois fixar um núcleo de prosperidade e progresso (frente pioneira)”. (p. 18).

<sup>52</sup> MAGALHÃES, op. cit., p. 154.

**LEI Nº. 96 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1847<sup>53</sup>**

*Manoel Antonio Galvão, Presidente de São Pedro do Rio Grande do Sul. Faço saber a todos os seus Habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.*

*Artigo 1.º - Fica creada uma Capella com a invocação de Santa Cristina, no centro do 2.º Destricto do Município de São Leopoldo, no lugar denominado Pinhal a margem esquerda do Rio dos Sinos.*

*Art. 2.º - O Presidente da Província marcará provisoriamente os limites da mesma Capella.*

*Art. 3.º - Ficão derogadas as disposições em contrario.*

*Mando por tanto a todas as Authoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente, como nella contém. O Secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio do Governo na Leal e Valorosa Cidade de porto Alegre aos 25 dias do mez de Novembro de 1847, Vigésimo Sexto da Independencia e do Imperio.*

**Manoel Antonio Galvão**

*Carta de lei pela qual V. Ex. Sanccionou o Decreto da Asemblea Legislativa Provincial, criando uma Capella com invocação de Santa Christina, no centro do 2.º Destricto do Município de são Leopoldo; como acima se declara.*

**Para V. Ex. ver.  
Francisco Olinto de Carvalho a fez.**

*Nesta secretaria do Governo foi sellada e publicada a presente Lei em 25 de novembro de 1847. – João Capistrano Miranda de Castro.*

*Registrada a fl. 216 v. do L. 1.º de Leis. Secretaria do Governo em Porto Alegre 25 de Novembro de 1847. – Germano Severiano da Silva.*

Fica observado, no artigo 2º dessa lei, que a questão da demarcação de terras estava indefinida na região de Santa Cristina do Pinhal, sendo estabelecido que a Capela de Santa Cristina do Pinhal ficaria junto ao município de São Leopoldo, sendo seu 2º Distrito, porém com as divisas indefinidas. Assim, Santa Cristina do Pinhal demonstra a questão de indefinição de demarcação territorial e é palco de profundas e curiosas modificações político-territoriais. Verifica-se uma constante mudança de divisas por pertencer a uma cidade e territorialmente estar localizada em outra, conforme se encontra em MÉRCIO:

<sup>53</sup> **Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.



Em 25 de novembro de 1847, foi criada a Capela de Santa Cristina do Pinhal, à margem esquerda do Rio dos Sinos, no centro do 2º Distrito de São Leopoldo tendo a lei que a criou nº 96.

A 15 de julho de 1848, por lei 138, foram traçados limites que cortavam a hoje a cidade de Taquara, pela Rua Júlio de Castilhos, de maneira que a parte leste da cidade ficava pertencendo ao município de Triunfo. Já a lei nº 152 de 07 de agosto do ano seguinte fazia com que a própria sede da Capela de Santa Cristina ficasse na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia<sup>54</sup>.

Percebe-se que as divisas de Santa Cristina do Pinhal servem como um significativo exemplo da questão de divisas no Rio Grande do Sul, onde as indefinições ou imprecisões, muitas vezes, não passavam de uma necessidade de demonstração de força política municipal e provincial e, acima de tudo, de um interesse de domínios e posses de terras por parte dos grandes fazendeiros. MAGALHÃES apresenta outro aspecto fundamental para compreender essa peculiaridade de mudanças de pertencimento de Santa Cristina do Pinhal entre Porto Alegre e São Leopoldo, justificando o interesse desses municípios em se vincularem com a localidade pinhalense porque ela servia de fonte de abastecimento.

Fruto dessa disputa de interesse de pertencimento, tem-se, no processo gradativo de evolução de autonomia política pinhalense, o fato de que Santa Cristina do Pinhal se tornou Freguesia, mas não de São Leopoldo, município a que até então pertencia na qualidade de Capela, e sim de Porto Alegre, conforme a lei número 404 de 1857:

---

<sup>54</sup> MÉRCIO, Bayard de Toledo. Os principais fatos do Município de Taquara. *in* KAUTZMANN, Maria Eunice Müller org. **História de Taquara**. Taquara: Prefeitura Municipal de Taquara, 2004. (p. 443/444).

**LEI Nº. 404 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1857<sup>55</sup>**

ELEVANDO Á CATHEGORIA DE FREGUESIA A CAPELLA DE SANTA CHRISTINA, PROXIMA AO RIO DOS SINOS.

O Conselheiro Ângelo Moniz da Silva Ferraz, presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul etc. etc.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a assembléa legislativa provincial decretou, e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica elevada á cathogoria de freguezia a capella de Santa Christina próxima ao rio dos Sinos.

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta freguezia pertencerá ao município de Porto Alegre.

Art. 3.<sup>o</sup> - As suas divisas serão provisoriamente marcadas pelo presidente da província, de acordo com o ordinario.

Art. 4.<sup>o</sup> - São revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella de contém.

O Secretário da província a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio do governo na leal e valorosa cidade de Porto Alegre aos dezoito do mez de Dezembro de mil oito centos e cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

**(L. S.)**

**Ângelo Moniz da Silva Ferraz.**

Na Secretaria do governo foi sellada e publicada a presente lei em 18 de Dezembro de 1857.

**José Manoel Duarte Lima**  
**Secretario de governo.**

Observa-se novamente a indefinição territorial para Santa Cristina do Pinhal, e é de fundamental importância retratar que, nesse período, a Colônia do Mundo Novo, localidade inserida no território de Santa Cristina do Pinhal, estava em pleno desenvolvimento econômico (conforme será visto mais adiante neste capítulo), o que significaria um crescimento econômico para a região. Analisando, então, a partir da Colônia do Mundo Novo, pode-se até mesmo considerar o estabelecimento da Capela de Santa Cristina, em 1847, um ano após a fundação da Colônia, como uma forma de estabelecimento de tentativa de controle político-econômico da sede de Santa Cristina do Pinhal para a região.

Após sete anos de pertencimento a Porto Alegre, Santa Cristina do Pinhal voltou a pertencer a São Leopoldo. Permaneceu, por um breve período, como

<sup>55</sup> **Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Assembléa Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

distrito desse município para depois conseguir sua emancipação, conforme lei número 577, de 1864:

**LEI Nº. 577 DE 6 DE MAIO DE 1864<sup>56</sup>**

***Tomo 20.***

Manda que a freguezia de Santa Christina do Pinhal fique pertencendo ao município de S. Leopoldo, formando o 6º districto.

João Marcelino de Souza Gonzaga, Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul etc. etc.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a Lei seguinte:

Artigo 1.º - A freguezia de Santa Christina do Pinhal fica pertencendo ao município de S. Leopoldo.

Art. 2.º - Esta freguezia formará o 6º districto do município de de S. Leopoldo, e terá por divisas o arroio – Butiá – de sua barra no rio dos Sinos, seguindo por elle acima até encontrar a fazenda que foi de Manoel Fialho até o lugar denominado – Pinhalsinho, - seguindo até encontrar a sul Santa Cruz, seguindo a cordilheira dessa serra a encontrar a estrada que vai de Passo Grande para o Entrepellado, que passa pelo Fagundes e outros de Arroio Grande na Fazenda do Mineiro (limitando em Santo Antônio) e a rumo de norte mais ou menos até encontrar a barra do rio da Ilha, e por elle acima até encontrar a barra do Padilha, seguindo até a serra geral, que divide os campos de cima da serra e pela mesma até o campo de canella e d'ahi a rumo d'Esta até encontrar a cordilheira da serra do Fialho e d'ahi até encontrar o Arroio Grande da Bica, e por elle abaixo até o rio dos Sinos, onde faz sua barra.

Art. 3.º - Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo na Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre aos seis dias do mez de Maio de mil oitocentos e sessenta e quatro, quadragésimo terceiro da Independencia e do Imperio.

**(L. S.)**

***João Marcelino de Souza Gonzaga.***

Nesta Secretaria do Governo foi sellada e publicada a presente Lei aos 6 de maio de 1864.

***Augusto César de Pádua Flaury***  
***Secretario do Governo***

Com a lei de elevação à Freguesia de Santa Cristina do Pinhal, as divisas já estavam estabelecidas, o que leva a concluir que o processo de frente de expansão, característico daquela localidade, já estava concluído, sendo que a terra passaria a

<sup>56</sup> **Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

ter o caráter cativo, assim como suas divisas. Assim sendo, Santa Cristina do Pinhal constituiu seu território como um passo determinante para a emancipação da localidade, o que ocorreu em 1880, conforme a lei 1251:

**LEI Nº. 1251 DE 14 DE JUNHO DE 1880<sup>57</sup>**

Doutor Henrique d'Avila, Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 3º - Fica elevada á cathegoria de Villa a freguezia de Santa Christina do Pinhal.

§1º - O município de Santa Christina do Pinhal formará com o de São Francisco de Paula de Cima da Serra a comarca de Santa Christina do Pinhal, delegando aquelle da comarca do Rio dos Sinos.

§2º - A comarca do Rio dos Sinos comprehenderá os municípios de Santo Antonio da Patrulha, N. S da Conceição do Arroio e São Domingos das Torres.

§3º - Fica separado o officio de escrivão de orphãos provedoria, capellas e residuos, do de escrivão do publico, judicial e notas no termo da Conceição do Arroio.

§4º - Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario d'esta Província a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo na Leal e valorosa Cidade de Porto Alegre, aos quatorze dias do mez de Junho do anno de mil oitocentos e oitenta, quinquagesimo nono da Independencia e do Imperio.

**Henrique D'Avila.**

N'esta Secretaria do Governo foi sellada e publicada a presente lei aos 14 de Junho de 1880. – O Diretor Geral servindo de Secretario do Governo.

**Francisco Pereira da Silva Lisboa.**

Nota-se que a emancipação de Santa Cristina do Pinhal representa não só a emancipação de uma localidade que estava prosperando, uma vez que contava com uma população de 2741 habitantes<sup>58</sup> nos anos de 1869/1870, mas também demonstra um processo de urbanização e de fortalecimento comercial estabelecido com Porto Alegre e São Leopoldo. Quanto à sua prosperidade, convém destacar

<sup>57</sup> **Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Assembléa Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

<sup>58</sup> MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. **Terras senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos.** Tese de Doutorado, 2003. (p. 159).

que é de fundamental importância o estabelecimento de uma comarca na localidade, a **Comarca do Rio dos Sinos**, que é responsável por Santa Cristina do Pinhal, São Francisco de Paula de Cima da Serra e de Taquara do Mundo Novo, além de todo o litoral norte gaúcho, inclusive com relação a Santo Antônio da Patrulha, um dos quatro municípios pioneiros do Estado do Rio Grande do Sul. Vistos todos esses aspectos, percebe-se que Santa Cristina do Pinhal estava em ascensão ante a província gaúcha. Entretanto, Santa Cristina do Pinhal não prosperava sozinha na região.

Será demonstrado, no próximo subcapítulo, que, nessa região, onde a sede de Santa Cristina do Pinhal se desenvolvia, havia um outro povoado inserido no território pinhalense em plena ascensão econômica e que também almejava a sua emancipação política, o que acabaria por gerar uma intensa disputa política na esfera regional.

### **3.2 Origens de Taquara do Mundo Novo**

Retratar a história do município de Taquara do Mundo Novo requer um estudo da Colônia do Mundo Novo pelo seu aspecto decisivo não só para determinar o povoado e etnia predominante no município (alemã), como também para demonstrar o desenvolvimento que essa colônia representou para região a ponto de tornar, em quarenta anos, a Colônia do Mundo Novo, uma área de terras consideradas devolutas em seus primórdios, o principal município da região do Alto Vale dos Sinos<sup>59</sup>.

#### **3.2.1 A Colônia do Mundo Novo**

As origens da Colônia do Mundo Novo remetem aos primórdios do século XIX, quando Antônio Borges de Almeida Leães recebeu, por concessão, uma sesmaria de terras do donatário do Estado Dom Diogo de Souza, nascendo assim,

---

<sup>59</sup> Alto Vale dos Sinos: definição que se encontra em MAGALHÃES (2003) para identificar a região do Vale do Sinos próxima às encostas do Planalto Serrano Gaúcho.

no ano de 1815, a Fazenda do Mundo Novo. Essa fazenda compreendia terras que iniciavam no Passo do Mundo Novo (Rio dos Sinos), se estendiam pelas margens do Rio Santa Maria, indo até a Santa Maria Superior, hoje Três Coroas, sertão da encosta da Serra e Rio Rolante.

Em 1822, Antônio de Borges Almeida Leaens, aos 65 anos de idade, casou-se, em Porto Alegre, com Libânia Inocência Corrêa, então com 20 anos. Leaens veio a falecer em 1829<sup>60</sup>. No dia 20 de junho de 1845, Libânia Inocência Corrêa Leaens, já viúva, em seu nome e de seus filhos, vende, pelo valor de nove contos de réis (9:000\$000), a Tristão Jozé Monteiro<sup>61</sup> e Jorge Eggers a “Fazenda do Mundo Novo”, situada às margens do Rio dos Sinos.

Até o ano da compra, as terras da “Fazenda do Mundo Novo” não passavam de uma grande área com pouca produtividade. No entanto, a partir da compra por Monteiro e Eggers, iniciou-se um empreendimento de colônias de terras com o objetivo comercializar lotes com imigrantes que viessem da Europa. Porém, a sociedade de Monteiro e Eggers é desfeita e, um ano após a compra, no dia 04 de outubro de 1846, Monteiro inicia a venda dos primeiros lotes, fundando a Colônia do Mundo Novo<sup>62</sup>. O local foi dividido em terrenos chamados de colônias. O valor de cada colônia era de trezentos mil réis e possuía a extensão de cento e cinquenta mil braças quadradas<sup>63</sup>.

A colônia era formada por quatro linhas: duas na estrada geral para Cima da Serra (uma de cada lado da estrada) e duas nas margens do Rio Santa Maria (onde todas as colônias faziam frente ao rio). As colônias podiam ser vendidas por inteiro (uma colônia) ou em terrenos menores com um quarto ou meia colônia.

---

<sup>60</sup> MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes *et all.* O Empreendimento da Fazenda do Mundo Novo. In REINHEIMER, Dalva Neraci. org. **Terra Gente e Fé: aspectos históricos da Taquara do Mundo Novo.** Taquara/RS: Faccat, 2005.

<sup>61</sup> Tristão Jozé Monteiro nasceu, em Porto Alegre, no dia 6 de julho de 1816 e foi batizado na Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus, hoje Catedral Metropolitana, em 24 de agosto do mesmo ano. Foi filho de José Monteiro da Silva e Lucinda Leonarda da Conceição, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, hoje Osório. Residiu em Porto Alegre até 1846, quando veio morar em Taquara para dar início ao empreendimento da Colônia do Mundo Novo. Faleceu, sem assistência médica, aos 76 anos de idade, no dia 9 de julho de 1892, em sua casa, em Taquara, conhecida pela comunidade como a “CASA DE ZINCO” por ser coberta de folhas desse material. No local de sua casa foi construído um prédio que hoje é ocupado pelo Banco Santander. ENGELMANN, Erni (2004, p. 173).

<sup>62</sup> A Colônia do Mundo Novo, segundo MAGALHÃES (2003, p. 317), apresenta característica de frente pioneira porque se desenvolveu num lugar anteriormente ocupado, que foi limpo da presença de outros, instalando-se numa área de ocupação antiga.

<sup>63</sup> MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes *et all.* O Empreendimento da Fazenda do Mundo Novo. In REINHEIMER, Dalva Neraci. org. **Terra Gente e Fé: Aspectos Históricos da Taquara do Mundo Novo.** Taquara/RS: Faccat, 2005.

Monteiro fazia esse empreendimento através de financiamentos aos novos moradores da colônia com preços acessíveis para que os colonos pudessem pagar. Enquanto isso, os colonos transformavam florestas fechadas em áreas de terras produtivas, mudando a paisagem do espaço ocupado. Conforme MAGALHÃES:

Os colonos geralmente ocupavam as encostas do planalto que eram íngremes. Eles preferiam os patamares e 'barrancos' por considerarem esses lugares mais férteis e fáceis de trabalhar a terra por não ser muito "dura", facilitando o trabalho com enxadas e pás, às vezes, o arado. Os colonos tiveram uma "amnésia tecnológica" adaptando-se às técnicas utilizadas no Brasil de cultivo da terra e abandonando as existentes na Europa<sup>64</sup> (MAGALHÃES, 2005, p. 23).

Segundo a mesma autora (2003, p. 290), a principal produção do Mundo Novo era cana, feijão, milho e fumo, apresentando uma diversidade de atividades industriais e comerciais como funileiro, padeiro, curtidor, alfaiate, sapateiro, entre outras.

Com o sucesso do empreendimento, o processo de urbanização e desenvolvimento foi uma consequência da vinda de alemães, pois é necessário destacar que nem todos os imigrantes vieram para trabalhar com a agricultura, como, por exemplo, a família Lahm, que possuía atividade comercial e de manufaturas, sendo essa a primeira família a se estabelecer onde atualmente se encontra o núcleo urbano de Taquara com a abertura de casa comercial. Os imigrantes acabaram gerando, em seus arredores, um núcleo comercial. Segundo MÉRCIO (2004, p. 445), em apenas vinte anos de colonização, já contava com oitenta e uma casas comerciais, além de possuir seis escolas<sup>65</sup>, o que tornava a Colônia do Mundo Novo<sup>66</sup> um centro de convergência da região de Santa Maria do Mundo Novo<sup>67</sup>.

---

<sup>64</sup> MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes *et all.* O Empreendimento da Fazenda do Mundo Novo. In REINHEIMER, Dalva Neraci. org. **Terra Gente e Fé: Aspectos Históricos da Taquara do Mundo Novo.** Taquara/RS: Faccat, 2005.

<sup>65</sup> MÉRCIO, Bayard de Toledo. Os principais fatos do Município de Taquara. in KAUTZMANN, Maria Eunice Müller org. **História de Taquara.** Taquara: Prefeitura Municipal de Taquara, 2004. (p. 445)

<sup>66</sup> O comércio da Colônia do Mundo Novo com Porto Alegre é apresentado por REINHEIMER: "A ligação da colônia com Porto Alegre possuía uma via dupla. A colônia exportava para a capital os produtos da agricultura e da manufatura e importava os gêneros necessários para a população. Através desse comércio, é certo que ocorreu um desenvolvimento econômico na colônia, mas Porto Alegre, na relação comercial que se formou com as colônias de imigração servidas pelas vias fluviais, retomou seu papel de centro comercial do Rio Grande do Sul. Por isso consideramos Porto Alegre o

Analisando Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo (através da Colônia do Mundo Novo), algumas comparações são inevitáveis. Santa Cristina do Pinhal tem sua Capela instituída em 1847, justamente um ano após o início do processo de colonização empreendida em lotes na Colônia do Mundo Novo. As duas localidades apresentavam crescimento na medida em que estreitavam os laços comerciais com Porto Alegre e São Leopoldo, e esse crescimento econômico acabava por gerar também um núcleo comercial urbano em cada localidade, o que propiciou a emancipação de Santa Cristina do Pinhal em 1880 e, em apenas seis anos após, a de Taquara do Mundo Novo.

Será visto que, além desses aspectos levantados, a política local acabava se entrelaçando com políticos pinhalenses e taquarenses participando da administração através da câmara e conselhos dos dois municípios. O desfecho dessa conturbada política ocasionou o declínio de um município ante o outro.

---

pólo da região colonial até meados do século XX". REINHEIMER, Dalva Neraci. Os caminhos do Mundo Novo passam pela Navegação Fluvial. In SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann Org. **Histórias e Fatos do Mundo Novo**. Taquara/RS: FACCAT/Prefeitura Municipal de Taquara, 2007. (p. 08). Conforme a mesma autora (2007, p. 13), os produtos mais valorizados eram produtos aprimorados, ou seja, produtos com alguma forma de beneficiamento, como, por exemplo, a farinha de mandioca, que era beneficiada em moinhos existentes na colônia. Destaca-se também que a Colônia do Mundo Novo, além de mandar produtos para Porto Alegre, também enviava para São Leopoldo, transportando basicamente os mesmos produtos.

<sup>67</sup> Santa Maria do Mundo Novo, nome que primeiramente foi dado para essa região, representava a junção de nomes: Colônia do Mundo Novo com o Rio Santa Maria, que era a principal via de transportes de mercadorias da região.



## 4 DE SANTA CRISTINA DO PINHAL A TAQUARA DO MUNDO NOVO

Santa Cristina do Pinhal alcançou sua autonomia política em 1880. No entanto, julga-se necessário, para uma melhor contextualização, discutir o significado de uma emancipação para um município, no século XIX, no Rio Grande do Sul, visto que a avaliação política do acontecimento emancipatório é fundamental para a argumentação política que embasa este trabalho.

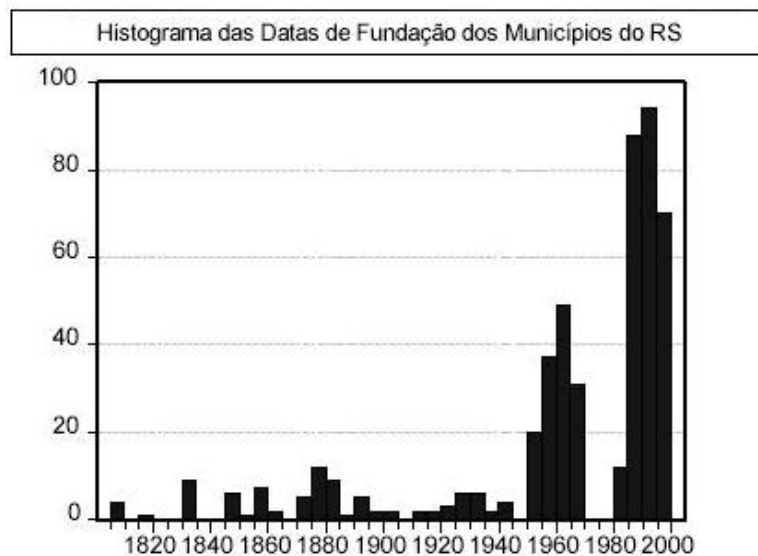
### 4.1 O significado da emancipação política municipal no final do século XIX

Os processos de emancipações ocorridas no Brasil e no Rio Grande do Sul desde a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, até a Proclamação da República, em 1889, necessitam ser mais bem explorados por pesquisadores no que tange aos que têm interesse em retratar a história política tanto numa esfera da micro, quanto da macro-história.

Mesmo com a dificuldade de pouca bibliografia sobre o assunto, encontrou-se um gráfico<sup>68</sup> (figura 2), em torno do qual será feita uma breve contextualização da situação brasileira na década de 1880, comparando, a seguir, os motivos que justificam os processos emancipatórios do final do século XIX.

---

<sup>68</sup> SHIKIDA, Cláudio Djissey. **Breves Notas sobre a Emancipação de Municípios no Rio Grande do Sul** ICEG/PUC-Minas e programa de doutorado do PPGE-UFRGS. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article>>. Acesso em 17 de setembro de 2008.



**Figura 2: Gráfico do histograma das datas de fundações dos municípios do Rio Grande do Sul**

Conforme se pode observar no gráfico, na parte referente ao Brasil Império (1808 a 1889), mesmo no período em que já era independente, vê-se que foram pouquíssimos os processos emancipatórios no Rio Grande do Sul. No entanto, na década de 1880 (década em que Santa Cristina do Pinhal, São Francisco de Paula<sup>69</sup> e Taquara do Mundo Novo se emancipam), há um número muito grande de emancipações.

Essas informações justificam-se como medidas para tentar sustentar o já fragilizado Império Brasileiro, que outrora preferia, embora nem sempre possível, centralizar o poder. Porém, com seu iminente declínio, via na fragmentação do poder uma das maneiras de sustentar o Império. Isso ocorreu porque, conforme já foi apontado anteriormente, dessa forma, estabeleceria, através da criação de novos municípios, a oportunidade de fortalecer o poder local e, assim, continuar a obter o apoio das elites dessas localidades. Conforme Rabat:

<sup>69</sup> São Francisco de Paula, então conhecido como São Francisco de Paula de Cima da Serra – município vizinho a Santa Cristina do Pinhal, passou por três processos de emancipação, sendo o primeiro em 1878 (emancipação de Santo Antônio da Patrulha); em 1884 seu território foi anexado a Santa Cristina do Pinhal, ocorrendo a sua nova emancipação no mesmo ano; em 1892, através do Ato 302, sofreu uma nova perda de autonomia política, só que, dessa vez, seu território foi anexado a Taquara do Mundo Novo. A emancipação definitiva de São Francisco ocorreu em 1903. Mais informações ver em: SILVA, Iva da. *Histórico de São Francisco de Paula*. In SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann Org. **Histórias e Fatos do Mundo Novo**. Taquara/RS: FACCAT/Prefeitura Municipal de Taquara, 2007.

Ao longo do período imperial, houve sempre certa contradição entre a relativa autonomia efetiva das regiões e a concentração de poder político nas mãos da corte imperial, tanto que muitas vezes as pretensões autonomistas das províncias se fizeram sentir. No entanto, não se deve entender que havia uma contraposição absoluta entre as duas tendências. O próprio poder central era constituído, em parte, como uma espécie de condomínio dos potentados regionais, em particular das regiões mais ricas [...].

[...] O poder central não apenas apoiava as oligarquias locais quando confrontadas com eventuais rebeliões populares como constituía uma forma de garantia, em última instância, do regime escravista. (2002, p. 9)<sup>70</sup>.

Esse fortalecimento e maior autonomia política local acabariam fortalecendo as relações das autarquias municipais, provinciais e imperiais, satisfazendo, dessa forma, os interesses do Império, que buscava alternativas para a crise política a qual estava enfrentando, além de satisfazer o interesse das elites locais, que, atingindo o poder, aumentariam suas influências e privilégios perante seu eleitorado.

## 4.2 Os primórdios do município pinhalense

Santa Cristina do Pinhal foi um dos municípios que atingiram a sua autonomia na conturbada década de oitenta do século XIX. O fortalecimento de sua elite com a emancipação fez intensificar as disputas políticas na região. Numa época em que os coronéis locais (senhores de terras e escravos) começaram a desejar mais poderes, Santa Cristina do Pinhal passou a representar a possibilidade de ascensão política outrora distante desses coronéis, que, através de práticas clientelistas, almejavam o poder.

As práticas clientelistas antes referidas, segundo Carvalho<sup>71</sup>, são um componente intrínseco ao coronelismo. Contudo, o clientelismo apresenta uma forma mais ampla, uma vez que ele não necessita do coronel para existir, em contrapartida ao coronel, que essencialmente utiliza o clientelismo para estabelecer seu poder:

---

<sup>70</sup> RABAT, Márcio Nono. A Federação: Centralização e Descentralização do poder Político no Brasil. <<http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/pdf/207708.pdf>>.

<sup>71</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo**: Uma Discussão Conceitual. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 23/10/2008.

Clientelismo seria um atributo variável de sistemas políticos macro e podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos. Não há dúvida de que o coronelismo, no sentido sistêmico aqui proposto, envolve relações de troca de natureza clientelística. Mas, de novo, ele não pode ser identificado ao clientelismo, que é um fenômeno muito mais amplo...

Os autores que vêem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo... À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística. (CARVALHO, 1997, p.3)<sup>72</sup>.

A respeito da política coronelista, encontra-se a seguinte definição em Giumbelli:

[...] as cidades são criadas e crescem como conseqüência do domínio de chefes locais, que delas precisam para dispor de aparatos oficiais e mão-de-obra numerosa ou qualificada para seus empreendimentos, a partir de certo ponto a dinâmica se inverte, transformando-se em hegemônicas as forças inerentes às estruturas urbanas, ou seja, formas de relacionamento impessoal e solidariedade horizontalizada, entre membros de uma mesma categoria ocupacional ou econômica. Com isso as obrigações decorrentes de laços de sangue ou de compadrio são desmobilizadas, dando oportunidade para que surjam concorrentes locais ao poder dos antigos coronéis, assim como para a rearticulação deste mediante compromisso baseados em interesses de classe (GIUMBELLI, 2006, p. 05)<sup>73</sup>.

Assim sendo, as forças políticas de Santa Cristina do Pinhal foram intensificando-se com sua emancipação, chegando ao ponto de incorporar a seu território o município vizinho de São Francisco de Paula de Cima da Serra, além de se tornar a sede da Comarca do Rio dos Sinos:

<sup>72</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo**: Uma Discussão Conceitual. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 23/10/2008.

<sup>73</sup> GIUMBELLI, Emerson, **Religião e (Des)Ordem Social**: Contestado, Juazeiro e Canudos nos Estudos Sociológicos sobre Movimentos Religiosos. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php](http://www.scielo.br/scielo.php)>. Acesso em 27/08/2006.

Em 14 de julho de 1880, art. 3º da lei 1251, Santa Christina foi desligada da Comarca de São Leopoldo e elevado a município, recebendo como distrito, além de Taquara do Mundo Novo (sic), o território de São Francisco de Paula de Cima da Serra. A Câmara foi instalada no dia 8 de janeiro de 1881. Pelo Ato nº 9, de 20 de janeiro de 1883, foi designado para sede da Comarca, que foi instalada em 10 de fevereiro de 1883. Tendo o governo da Província, em 15 de março, extinto o município de São Francisco de Paula de Cima da Serra, lei 1750, de 15 de março de 1889, anexou o 1º distrito deste a Taquara do Mundo Novo, então, já município, e o 2º a Santa Christina do Pinhal. Mas, esteve Santa Christina, pouco tempo, na posse deste território, pois, já em 06 de dezembro do mesmo ano, o governo revogou, novamente, a lei da extinção, restabelecendo o município de São Francisco de Paula de Cima da Serra (ENGELMANN, 2004, p. 71)<sup>74</sup>.

Enquanto intensificava seu poderio político, Santa Cristina do Pinhal também prosperava economicamente. “O seu porto era movimentado e a produção agrícola da região era escoada através da navegação pelo Rio dos Sinos” (AGUIAR e CASADO, 1986, p. 17)<sup>75</sup>.

Porém, a sede de Santa Cristina do Pinhal não prosperava sozinha, pois o distrito pinhalense de Taquara do Mundo Novo também apresentava um potencial desenvolvimento. O comércio e a agricultura em Taquara do Mundo Novo estavam por gerar um importante núcleo regional, sendo esse núcleo praticamente ao lado da sede de Santa Cristina do Pinhal. Com isso, Taquara do Mundo Novo obteve o reconhecimento de freguesia em maio de 1882, sendo esse o primeiro passo para sua emancipação.

---

<sup>74</sup> ENGELMANN, Erni Guilherme. **A Saga dos Alemães – do Hunsrück para o Santa Maria do Mundo Novo**. Igrejinha/RS: E.G.Engelmann, 2005, Volume II (p. 71).

<sup>75</sup> AGUIAR, Lacy Maria; CASADO, Irene Luciana. **Taquara de Tristão José Monteiro**. Taquara/Porto Alegre: Prátika/Palotti, 1986.

O Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcelos, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Provincial decretou e eu sancionei a seguinte Lei:

**LEI Nº. 1382 DE 27 DE MAIO DE 1882<sup>76</sup>.**

Artigo 1º - Fica elevada a categoria de freguesia o districto de Taquara do Mundo Novo em o municipio de Santa Christina do Pinhal, com as mesmas denominações e as seguintes divisas: pelo Rio dos Sinos, Rio Santa Maria e pelo Rio da Ilha até encontrar a estrada da Serra Velha, por esta até os campos de Cima da Serra e daqui as divisas actuaes pelos mesmos campos.

Artigo 2º - Revogem-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contem.

O Secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo na Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre, aos vinte e sete dias do mez de Maio de mil oitocentos e oitenta e seis, sexagésimo primeiro da Independencia e do Império.

***José Leandro de Godoy e Vasconcelos***

A freguesia de Taquara do Mundo Novo se desenvolvia ao mesmo tempo em que as relações políticas se tornavam cada vez mais complexas na região. Conservadores e liberais intensificavam a luta pelo poder, havendo a predominância do eleitorado por parte dos liberais, em especial, pela influência do seu líder máximo no município pinhalense, o Coronel Francisco Alves dos Santos.

Chico dos Santos, como também era conhecido, foi vereador desde a primeira formação da câmara em Santa Cristina do Pinhal. Era homem de grandes posses de terra não só em Santa Cristina do Pinhal, tendo também terras por praticamente toda a região nordeste da província gaúcha, o que demonstrava todo seu poder nesse período, pois terra era igual a prestígio e prestígio igual a poder. Magalhães apresenta aspectos de fundamental relevância para entender quem foi Francisco Alves dos Santos:

---

<sup>76</sup> **Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

O Coronel Francisco está criando a imagem de homem solidário com os pobres, esperando deles receber futuro reconhecimento. Enquanto consolida sua imagem de homem público e solidário às causas dos homens pobres, gera uma benesse que lhe sirva no futuro, ou seja, cria uma rede de clientes que lhe possibilita a formação de uma clientela, onde um dos interesses é questão eleitoral. O Coronel Francisco Alves dos Santos será o líder liberal na Câmara de Santa Christina do Pinhal. (MAGALHÃES, 2005, p. 167)<sup>77</sup>.

Mesmo com a representatividade de Francisco Alves dos Santos e a predominância de políticos ligados ao Partido Liberal, a influência do Partido Conservador se intensificou na região. E esse aumento da influência dos conservadores teve, no ano de 1886, dois acontecimentos que foram decisivos para o começo da mudança da ordem política local. Os dois acontecimentos foram: a eleição para deputado do 1º Distrito do Rio Grande do Sul e a emancipação da freguesia do Mundo Novo.

#### 4.2.1 A eleição para deputado do 1º Distrito do Rio Grande do Sul

A eleição para deputado do 1º Distrito do Rio Grande do Sul apresenta um importante personagem neste contexto: Antônio Eleuthério de Camargo. Na referida eleição, em primeiro escrutínio, houve a vitória do candidato liberal Antônio Eleuthério de Camargo por 1356 votos contra 1238 do candidato conservador Paulino Rodrigues Fernandes Chaves (Camargo, 1886, p. VII)<sup>78</sup>. Porém, o resultado foi questionado pelo Partido Conservador, que obteve a vitória em segundo escrutínio. A questão do segundo escrutínio gerou repercussão, em nível provincial, no Rio Grande do Sul, e o âmago dessa discussão ocorreu justamente pelos votos depositados em Santa Cristina do Pinhal.

Antônio Eleuthério de Camargo recebeu 102 (cento e dois) votos em Santa Cristina do Pinhal e 79 (setenta e nove) na Freguesia do Mundo Novo, então distrito pinhalense, enquanto o candidato conservador Paulino Rodrigues Fernandes Chaves recebeu 32 (trinta e dois) votos em Santa Cristina do Pinhal e 27 (vinte e

---

<sup>77</sup> MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. *in* SIDEKUM, Antônio: **Às Sombras do Carvalho**. p. 167.

<sup>78</sup> CAMARGO, Antonio Eleuterio de. **Eleição do 1º distrito na Província do Rio Grande do Sul: o libelo político**. Porto Alegre: Livro encontrado no Acervo Júlio Petersen – PUC/RS, 1886.

sete) em Taquara do Mundo Novo. No entanto, o Partido Conservador solicitou a impugnação dos 181 (cento e oitenta e um) votos obtidos por Camargo, e a solicitação do cancelamento desses votos estava embasada nas seguintes afirmações: Em Santa Cristina do Pinhal, ocorreu um erro no registro do livro de ata da eleição, em que se fez constar a vitória do candidato Eleuthério Antônio de Camargo, havendo a troca de nome do candidato Antônio Eleuthério de Camargo, sob o pretexto de que o candidato registrado em ata não estava concorrendo, uma vez que não havia nenhum candidato Eleuthério Antônio de Camargo.

Já no distrito pinhalense de Taquara Mundo Novo, a alegação para o cancelamento dos votos de Antônio Eleuthério de Camargo foi a falsificação das cédulas.

Camargo protestou contra a decisão da sua impugnação, utilizando-se de provas testemunhais, inclusive de um dos líderes do Partido Conservador da região, o então Major Francisco de Oliveira Neves, promotor público da Comarca de Santa Cristina do Pinhal e diretor daquele sufrágio (CAMARGO, 1886, p. XV).

Mesmo com toda a mobilização por parte de Antônio Eleuthério de Camargo, conforme se encontra no livro **Eleição do 1º distrito na Província do Rio Grande do Sul: o libelo político**, escrito por ele próprio<sup>79</sup>, não foi possível reverter a vitória do candidato conservador no segundo escrutínio.

Segundo ele, mesmo com a utilização de testemunhas, muitas delas ligadas ao Partido Conservador, depondo a favor, dentre elas, além do próprio Francisco de Oliveira Neves, o vereador pinhalense Felipe Kruse e o professor público Theodoro Bischof, a situação não foi revertida. E note-se que ele também teve o testemunho favorável dos responsáveis pela eleição e pela elaboração da ata, confirmando que o nome do candidato Antônio Eleuthério de Camargo estava correto nas cédulas, havendo o erro por parte de quem escreveu a ata eleitoral invertendo o nome. Além dessas tentativas, Camargo também apresentou uma carta do Coronel Francisco Alves dos Santos, seu amigo pessoal, que o havia comunicado da sua vitória na

---

<sup>79</sup> As afirmações retiradas do livro/relato de Antônio Eleuthério de Camargo apresentam o ponto de vista do autor. Todas as acusações representam somente a interpretação do autor dos fatos ocorridos, não havendo neste trabalho um aprofundamento daquela eleição e também não apresentando o ponto de vista do fato pelo partido opositor, visto que o objetivo de inserir essa situação no presente capítulo é demonstrar que Francisco Alves dos Santos estava sofrendo reveses políticos justamente ante seu eleitorado. Mesmo que CAMARGO indique que ele teria vencido a eleição no Pinhal e perdido através de conchavos políticos, não houve força suficiente dos liberais da região para reverter o resultado favorável aos conservadores apesar de estes terem vencido através da intervenção da justiça eleitoral. N.E.



eleição no município pinhalense e em Taquara do Mundo Novo (CAMARGO, 1886, p. XV), parabenizando-o por isso.

Chama atenção, nesse caso, é que Francisco Alves dos Santos, até então principal político da região, sofreria sua primeira derrota no ano de 1886 pelo fato de ele não conseguir utilizar sua influência regional para ajudar a reverter a situação de Camargo. Curiosamente, o relato de Antônio Eleuthério de Camargo, registrado no livro pesquisado, data do dia 16 de abril de 1886, um dia antes de Taquara do Mundo Novo conquistar a sua autonomia política, que seria a segunda derrota de Chico dos Santos naquele ano.

Ressalta-se que as perdas políticas do Coronel Francisco Alves dos Santos refletiram também nas questões judiciais. Magalhães (2003)<sup>80</sup> mostra uma série de derrotas judiciais com perdas de processos de posses de terras por parte do referido coronel.

#### 4.2.2 A emancipação de Taquara do Mundo Novo

Em Taquara do Mundo Novo, também se desenvolveram episódios políticos que se articularam com a sede de Santa Cristina do Pinhal. João Martins Philereno, líder conservador na região, foi o principal articulador local para que a freguesia de Taquara do Mundo Novo atingisse sua autonomia com o apoio incondicional do deputado representante dos imigrantes alemães: Karl von Koseritz<sup>81</sup>.

Assim, em 17 de abril de 1886, através da lei 1568, Taquara do Mundo Novo foi elevado à categoria de Vila, atingindo sua autonomia política:

---

<sup>80</sup> Sugere-se a leitura da autora para uma compreensão mais abrangente a respeito dos processos envolvendo as questões de terras na região do Alto Vale dos Sinos, uma vez que esse não é o foco da presente pesquisa.

<sup>81</sup> “Karl von Koseritz foi o primeiro que compreendeu a situação peculiar do elemento alemão imigrado no sul do Brasil e pode por isso ser denominado o pai do teuto-brasileirismo. Isso significa em termos negativos uma delimitação em relação aos alemães do Império Alemão, mas também em relação a outros brasileiros; em termos positivos significa a aceitação do estado a nova pátria brasileira, bem como o reconhecimento da velha pátria alemã, com a qual o teuto-brasileiro continua a sentir-se ligado pela etnia. (GERTZ, René. Org. **Karl Von Koseritz**: seleção de textos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 07).

**LEI Nº. 1568 DE 17 DE ABRIL DE 1886<sup>82</sup>.**

O Desembargador Henrique Pereira de Lucena, Cavalheiro da Ordem de Christo, Commendador da Imperial Ordem da Rosa, Official da Legião de Honra, Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Artigo 1º - Fica elevada a categoria de villa a freguezia da Taquara do Mundo Novo, creada pela lei provincial n. 1382 de 27 de Março de 1882.

Artigo 2º - As divisas deste municipio são as actuaes da freguezia.

Artigo 3º - Revogem-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam tão inteiramente como nella se contém.

O secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo na Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre, aos dezeseite dias do mez de Abril de mil oitocentos e oitenta e seis, sexagésimo quinto da Independencia e do Império.

(L. S.) *Henrique Pereira de Lucena*

Nesta Secretaria do Govêrno foi selada e publicada a presente Lei aos dezeseite de abril de mil oitocentos e oitenta e seis.

O Diretor Geral e substituindo o Secretário, Frederico Ernesto Estrela de Vileiroi.

A emancipação de Taquara do Mundo Novo representou uma oportunidade de políticos pinhalenses, principalmente os conservadores, além de membros da elite de Taquara do Mundo Novo, muitos deles de origem germânica, de atingirem o poder, uma vez que, em Santa Cristina do Pinhal, o Partido Liberal e Francisco Alves dos Santos até então detinham o poder administrativo.

A reação dos políticos pinhalenses contrários à emancipação de Taquara do Mundo Novo foi imediata. Francisco Alves dos Santos repudiou a iniciativa de Philereño e Koseritz, dizendo que foi “o desejo de agradar meia dúzia de moradores da vila de Taquara, adeptos consistentes do último signatário do aludido projecto” (MAGALHÃES, 2003, p. 451).

A instalação da Câmara da Vila do Bom Jesus do Mundo Novo<sup>83</sup> ocorreu somente em janeiro de 1888, praticamente dois anos após a emancipação, tendo a seguinte ata de instalação:

<sup>82</sup> **Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

<sup>83</sup> Vila Bom Jesus do Mundo Novo foi o primeiro nome que foi concedido ao município de Taquara.

### ATA DA INSTALAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DA TAQUARA DO MUNDO NOVO

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de mil oitocentos e oitenta e oito, nesta vila da Taquara do Mundo Novo, Comarca de Santa Cristina, província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no paço da Câmara Municipal, às nove horas do dia, presente os vereadores de Santa Cristina, Francisco d'Oliveira Neves e Pedro José Jung, para, de conformidade com o disposto no Aviso de 13 de março e outros, deferir juramento e dar posse aos Vereadores da Câmara Municipal desta vila, eleitos em 1º e 2º escrutínios, realizados a dezessete de setembro e vinte e oito de outubro do ano próximo findo; e tendo comparecido os vereadores Frederico Jacobus Junior, José Raymundo, Guilherme Kordonfer, João Petry e Henrique Fauth, com seus respectivos diplomas, que exibiram, foram, na forma do art.º 17 da Lei de 1º de outubro de 1928(sic) e, com as solenidades legais, juramentados e empossados no cargo de vereadores desta vila de Bom Jesús do Mundo Novo, tomando logo seus respectivos lugares (MÉRCIO, 2004, p. 447)<sup>84</sup>.

Chama a atenção na referida ata de instalação da Câmara municipal citada que, dentre os representantes políticos de Santa Cristina do Pinhal, está o vereador Coronel Francisco de Oliveira Neves, líder conservador de Santa Cristina do Pinhal, o que possibilita o entendimento de que os interesses do referido coronel estavam em ampliar a sua influência para além de Santa Cristina do Pinhal, em contrapartida ao líder liberal, o Coronel Francisco Alves dos Santos, que foi um dos principais críticos da emancipação de Taquara do Mundo Novo.

É importante destacar que essa instalação ocorreu no ano de 1888, um ano antes da Proclamação da República, que foi um dos fatores determinantes de que se consolidasse de vez a mudança da ordem do poder local e da consolidação de Taquara do Mundo Novo como sede da região do Alto Vale dos Sinos.

#### **4.3 A Instalação do republicanismo em Santa Cristina do Pinhal e em Taquara do Mundo Novo**

Com a ascensão do republicanismo no Brasil, em 15 de novembro de 1889, os Partidos Republicanos, outrora frágeis nas representações legislativas, iniciaram um processo de estabelecimento de hegemonia política. No Rio Grande do Sul,

---

<sup>84</sup> MÉRCIO, Bayard de Toledo. Os principais fatos do Município de Taquara. In KAUTZMANN, Maria Eunice Müller org. **História de Taquara**. Taquara: Prefeitura Municipal de Taquara, 2004. (p. 447).

contudo, conforme já foi relatado, encontra-se uma singularidade em nível nacional: Havia no Estado um processo eleitoral competitivo entre dois partidos, em contrapartida aos demais Estados da nação, caracterizados pelo predomínio do Partido Republicano na posse do poder.

Em Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo, o Partido Liberal continuava a manter sua estrutura, possuindo o maior eleitorado, tendo como seu representante máximo o Coronel Francisco Alves dos Santos. Em oposição aos liberais, a representação do Partido Republicano Rio-grandense foi estabelecida principalmente com os líderes do extinto Partido Conservador, Coronel Francisco de Oliveira Neves e o Major Diniz Martins Rangel.

Mesmo observando um gradativo enfraquecimento do poder político do Coronel Francisco Alves dos Santos, desde 1886, com a derrota do candidato a deputado apoiado por Chico dos Santos e a emancipação de Taquara, foi a partir do regime republicano que ele (Coronel Francisco Alves dos Santos) sofreu seus maiores reveses.

Verificou-se, já no ano de 1890, a perda de um importante cargo que Chico dos Santos ocupava. Conforme se encontra em Magalhães:

Em 1890 o Coronel Francisco Alves dos Santos foi demitido do comando superior da Guarda Nacional em Taquara e Santa Christina do Pinhal, sendo substituído pelo Major Francisco de Oliveira Neves (ex-escrivão), por não ser da confiança de Júlio de Castilhos. (MAGALHÃES, 2003, p. 438)<sup>85</sup>.

O objetivo, por parte do governo estadual, de diminuir a influência do Coronel Francisco Alves dos Santos era fragilizar e acabar com os focos de oposição ao Partido Republicano no Estado.

Chico dos Santos, mesmo possuindo um respeitável eleitorado em Santa Cristina do Pinhal, percebendo que dificilmente recuperaria o poder que até então detinha, começou a cobrar do Estado dívidas relativas ao aluguel da Câmara de Vereadores de Santa Cristina do Pinhal<sup>86</sup>, a qual teve como sede a sua residência

---

<sup>85</sup> MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernades. in SIDEKUM, Antônio: **Às Sombras do Carvalho**. 2003, p.438).

<sup>86</sup> Sobre as cartas de cobranças de aluguel e retorno do Estado: **Maço de correspondências de Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo**. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS.

por um período de seis anos. Conforme se verificou, Chico dos Santos enviou, pelo menos, duas petições solicitando o pagamento dessa dívida. E chama atenção que, no Período Imperial, no qual ele detinha a representatividade provincial junto a Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo, não se constatou sequer uma citação referente a aluguel de sua residência utilizada como Câmara Municipal. Também não se encontrou qualquer documento com algum retorno por parte do governo estadual relativo às petições do Coronel Francisco Alves dos Santos.

Com o enfraquecimento político do Coronel Francisco Alves dos Santos, evidenciou-se o Coronel Francisco de Oliveira Neves<sup>87</sup> como a nova referência da política da região.

Francisco de Oliveira Neves, genro do Major João Martins Philereno, foi um antigo líder político do Partido Conservador em Santa Cristina do Pinhal e um dos principais articuladores para a emancipação de Taquara do Mundo Novo, tendo sido também o herdeiro político de Philereno. Com a morte de seu sogro, assumiu a liderança do Partido Conservador e, na seqüência, o comando do PRR na região com a proclamação da República. O Coronel Francisco de Oliveira Neves era, na região, o homem de confiança do Presidente do Estado Júlio de Castilhos. Justamente por isso acabou alcançando o poder em Taquara do Mundo Novo em 1892. Mas, para se chegar até a sua posse, é necessário caracterizar, em mais detalhes, os três conturbados anos de transição, 1889 a 1892, a fim de demonstrar o importante papel nas articulações políticas que o Coronel Neves exerceu na região.

#### **4.4 Os três conturbados anos de transição republicana**

Assim como no Estado do Rio Grande do Sul, os municípios de Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo passaram por transições profundas e complexas num período de três anos (1889 a 1892), em que a alternância do poder era constante, havendo governos de pouca duração. REINHEIMER caracteriza esse fato em Taquara do Mundo Novo:

---

<sup>87</sup> O Coronel Francisco de Oliveira Neves era Intendente do Município de Taquara do Mundo Novo conforme se pode constatar através na **Lei Orgânica Municipal de Taquara do Mundo Novo de 1893**. Museu Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo/RS.

Em 1890, a câmara municipal de Bom Jesus do Mundo Novo foi dissolvida. Houve então a nomeação de vereadores que formaram uma junta administrativa até 1892. Naquele ano nada menos do que sete conselheiros ocuparam o cargo de presidente do conselho para governar a cidade. Ainda em dezembro em dezembro de 1892, deu-se a nomeação do intendente para o município. Resumindo, podemos verificar que de 1889 a 1892, ou seja, num período de três anos, Taquara teve no seu comando político nove diferentes administradores (REINHEIMER, 2008, p. 126)<sup>88</sup>.

A situação política era de perplexidade, pois as Câmaras Municipais de Taquara do Mundo Novo e de Santa Cristina do Pinhal foram dissolvidas com o Estado intervindo e dando posse e poderes administrativos aos Conselhos Municipais. Conforme MÉRCIO<sup>89</sup>, quem assumiu o Conselho Municipal em Taquara do Mundo Novo foram Júlio Petersen (Presidente do Conselho), João Petry e Guilherme Korndorfer. Em Santa Cristina do Pinhal, assumiram José Antônio de Oliveira, Godofredo Fay e André Manique.

No ano de 1891, foi outorgada a Constituição Gaúcha, que dava plenos poderes ao Chefe do Executivo. Os reflexos dessa outorgação foram instantâneos, pois, no mesmo ano, a oposição arma o golpe para assumir o poder e derrubar Júlio de Castilhos, estabelecendo um governo provisório de curta duração, que ficou conhecido pejorativamente como “governicho”, já referido anteriormente.

Em Taquara do Mundo Novo, houve o reflexo imediato desse golpe no Estado Gaúcho. O Coronel Jorge Fleck e João Batista Julien assumiram o poder de forma violenta<sup>90</sup>. Engelmann apresenta esse episódio, que caracteriza o período de idas e vindas do poder no Estado do Rio Grande do Sul.

Em Taquara do Mundo Novo, a ascensão do Coronel Francisco de Oliveira Neves ocorreu com Castilhos no governo, e sua perda de poder ocorreu também com a queda de Castilhos na esfera do poder estadual:

---

<sup>88</sup> REINHEIMER, Dalva Neraci, A constituição Política de Taquara sob o processo de colonização Alemã. In BARROSO, Véra Lucia Maciel, SCHENKEL, Dislaine, BRUSIUS, Liége Lana, FETTER, Maribel Eloá. **Raízes de Igrejinha**. Porto Alegre: EST, 2008.

<sup>89</sup> MÉRCIO, Bayard de Toledo. Os principais fatos do Município de Taquara. in KAUTZMANN, Maria Eunice Müller org. **História de Taquara**. Taquara: Prefeitura Municipal de Taquara, 2004 (2004: p. 449/450)

<sup>90</sup> Idem, p. 449.

Em novembro de 1891, o Dr. Barros Cassal, republicano histórico, mas então adversário de Júlio de Castilhos, acompanhado do Capitão Chachá Pereira, o mesmo que mais tarde se passou também para as linhas dos “castilhistas”, chegou a Taquara e demitiu o intendente Coronel Francisco de Oliveira Neves, colocando em seu lugar o Coronel Jacob Fleck. Mas apenas meio ano depois, com a subida de Júlio de Castilhos ao poder, o Coronel Neves então, protegido por aquele, planejou a retomada do poder, o que realmente certo dia executou e tomou de fato a Intendência de assalto, expulsando o intendente Coronel Fleck. (ENGELMANN, 2003 p. 07)<sup>91</sup>.

No entanto, a retomada do Coronel Francisco de Oliveira Neves do Paço Municipal de Taquara do Mundo Novo apresenta um outro aspecto, que foi de singularidade na história do Rio Grande do Sul, em que ele articulou, juntamente com os interesses do Presidente do Estado, o estabelecimento do poder do PRR na região, agregando o território de Santa Cristina do Pinhal, liberal por essência, a Taquara do Mundo Novo.

#### **4.5 As combinações políticas e o fim da municipalidade em Santa Cristina do Pinhal**

Francisco de Oliveira Neves era o homem de confiança de Júlio de Castilhos na região. Assim sendo, caberia a ele articular o novo foco político castilhista de estabelecer a hegemonia do PRR de baixo para cima, ou seja, desde os municípios para o Estado.

Para tanto, observou-se um jogo político bem armado por Francisco de Oliveira Neves em Santa Cristina do Pinhal a fim de eliminar a possibilidade de a oposição liberal assumir novamente o comando no município.

Conforme Mércio<sup>92</sup>, em 2 de julho de 1892, foram eleitos e empossados os novos conselheiros de Santa Cristina do Pinhal e convidaram o Coronel Francisco de Oliveira Neves, juntamente com seu cunhado, o Major Diniz Martins Rangel, e também Jorge Beck, para constituírem, juntamente com o Conselho, a comissão que

---

<sup>91</sup> ENGELMANN, Erni Guilherme. **A Saga dos Alemães**. Jornal RS 115, 03 de novembro de 2003 (p. 7).

<sup>92</sup> MÉRCIO, Bayard de Toledo. Os principais fatos do Município de Taquara. In KAUTZMANN, Maria Eunice Müller org. **História de Taquara**. Taquara: Prefeitura Municipal de Taquara, 2004 (2004: p, 451).

deveria elaborar uma Constituição para Santa Cristina do Pinhal e o regimento interno do próprio Conselho. No entanto, pouco mais de um mês depois da posse, esse mesmo Conselho, que estava destinado a estabelecer uma Constituição Municipal, encaminhou uma correspondência ao Presidente do Estado com os seguintes dizeres:

**CONSELHO MUNICIPAL DE SANTA CRISTINA, SESSÃO DE 6 DE  
AGOSTO DE 1892.**

Aos seis dias do mês de agosto de mil oitocentos e noventa e dois, no paço municipal de Santa Cristina, presentes os conselheiros: Patrício Paz de Oliveira, Jorge Beck, Manoel Soares de Lima e Manoel Inácio Flores, foi aberta a sessão. Lida e aprovada a ata anterior.

Foi presente o projeto de constituição elaborada pela comissão nomeada na sessão anterior e conjuntamente o do orçamento da receita e despesa deste município, para o ano de mil oitocentos e noventa e três.

**Estudado aquele projeto de orçamento e largamente discutido, chegou o Conselho à evidência da impossibilidade absoluta de manter-se com independência, pelo que, resolve no uso da atribuição outorgada pelo art.º 62 § 2º da constituição, reclamar ao Presidente do Estado a anexação desse município ao da Taquara do Mundo Novo.** (MÉRCIO, 2004, p. 451)<sup>93</sup>.

Percebe-se, através desse documento, o jogo político que o PRR estava traçando na região. A estratégia planejada para evitar a possibilidade de uma ascensão da oposição em Santa Cristina do Pinhal, que ainda seria viável devido à forte influência do líder liberal Coronel Francisco Alves dos Santos, foi muito bem urdida porque o município, através do pedido de anexação, deixaria de existir, ficando subordinado ao PRR de Taquara do Mundo Novo.

As articulações, ao que tudo indica, estavam sendo elaboradas na esfera local e estadual, uma vez que o Estado do Rio Grande do Sul respondeu à solicitação do Conselho de Santa Cristina do Pinhal da seguinte maneira:

---

<sup>93</sup> MÉRCIO, Bayard de Toledo. Os principais fatos do Município de Taquara. In KAUTZMANN, Maria Eunice Müller org. **História de Taquara**. Taquara: Prefeitura Municipal de Taquara, 2004 (2004: p, 451).



**ACTO Nº. 301. DE 1º DE SETEMBRO DE 1892<sup>94</sup>.**

**Suprindo as comarcas de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Christina do Pinhal e creando uma nova comarca com a denominação de Mundo Novo.**

O Vice-Presidente do Estado, considerando em vista de representações que lhe dirigiram os Conselhos municipaes de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Christina do Pinhal, que estes municipios , que constituem actualmente as comarcas dos mesmos nomes, não se acham em condições de manter-se com independência, resolve supprir as ditas comarcas e crear uma nova comarca com a denominação de Comarca do <<Mundo Novo>>.

A nova comarca se comporá do termo da Taquara do Mundo Novo, ficando este constituído do seu actual territorio e dos dos municipios de são Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Christina do Pinhal, que são tambem por acto desta data.

Façam-se as devidas communicações.

Palacio do Governo, em Porto Alegre, 1º de Setembro de 1892.

**Victorino Monteiro**

Além de suprimir as Comarcas de São Francisco de Paula de Cima da Serra e de Santa Cristina do Pinhal, o Ato 302 extinguiu os municípios de São Francisco de Paula de Cima da Serra e de Santa Cristina do Pinhal:

**ACTO Nº. 302. DE 1º DE SETEMBRO DE 1892<sup>95</sup>.**

**Suprindo os municipios de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Christina do Pinhal e anexando-os ao da Taquara do Mundo Novo.**

O Vice-Presidente do Estado, considerando em vista de representações que lhe dirigiram os Conselhos municipaes de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Christina do Pinhal em officio de 27 de julho e 6 de agosto ultimos e verificando pelas citadas representações que esses municipios não se acham nas condições de prover as despesas exigidas pelos serviços que lhes incumbem e consequentemente no caso de manter-se com independência, resolve no do artigo 62 § 2º da Conatituição da Política do Estado, supprimir os ditos municipios e annexal-os ao de Taquara do Mundo Novo.

Façam-se as devidas communicações.

Palacio do Governo, em Porto Alegre, 1º de Setembro de 1892.

**Victorino Monteiro**

<sup>94</sup> **Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

<sup>95</sup> Idem, ibidem.

A rápida resposta do Estado à solicitação indica que essa perda de autonomia política já estava sendo tramada por políticos republicanos não só na região, como também no Estado, visto que a solicitação de Santa Cristina do Pinhal foi assinada em 6 de agosto de 1892 e, apenas 25 dias após essa solicitação ser enviada, o Estado já mudou toda a estrutura administrativa da região, que era importante para o Estado.

A presença de republicanos junto ao Conselho Municipal de Santa Cristina do Pinhal é outro indício de que a caracteriza como um golpe de tomada de poder, que já estava sendo planejado, pois a solicitação do Conselho Municipal acabou por oficializar o interesse de alguns políticos republicanos na região.

Percebe-se que o Coronel Francisco de Oliveira Neves engendrou a sua elevação ao poder na região. Além de ser nomeado o primeiro Intendente de Taquara do Mundo Novo, assumiu também uma cadeira na Assembléia Legislativa (1892/1896) e, na posse de seu segundo mandato (1897/1900), assumiu a presidência da Assembléia Legislativa<sup>96</sup>.

Esses atos oficiais insinuaram as lutas políticas locais, respaldados pelas forças estaduais. Estava completado o processo que transformou um município sede – Santa Cristina do Pinhal – em distrito.

Assim, Francisco de Oliveira Neves tornou-se o principal político republicano em Taquara do Mundo Novo naquele contexto e representou os interesses políticos de Júlio de Castilhos na região.

---

<sup>96</sup> AITA, Carmen; AXT, Gunter; ARAÚJO, Vladimir. Orgs. **Parlamentares Gaúchos das cortes de Lisboa aos Nossos dias 1821-1996**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996. (p. 81/82).

## 5 CONCLUSÃO

A partir da análise proposta neste trabalho, investigar o processo de “desemancipação” de Santa Cristina do Pinhal, chegou-se a diversas conclusões, sendo que algumas delas extrapolaram o interesse inicial da pesquisa, mas acabaram entrelaçando-se com o seu resultado final.

Dentre os vários aspectos analisados, constatou-se a escassez de material sobre processos de emancipações que ocorreram durante o período do Brasil Pré-Republicano. Encontraram-se diversas fontes, muitos trabalhos a partir da Proclamação da República e pouquíssimo material dessa temática produzido no Período Imperial, o que faz desta pesquisa uma das poucas referências a serem consultadas, mesmo que o foco do trabalho não tenha sido essa temática, o que determina o caráter sucinto a seu respeito.

A pesquisa aponta que os fatos políticos ocorridos em Santa Cristina do Pinhal e em Taquara do Mundo Novo transparecem o reflexo da política gaúcha. Esse fato justifica a importância de estudar a política estadual, fazendo uma análise contextualizada e buscando informações na macro-história para compreender a micro-história. E esta, por sua vez, demonstra, na prática, os ideais da ideologia castilhista.

No que tange à macro-história, buscou-se compreender o processo de transição de poder instaurado com o advento da República em sobreposição ao Império. Estudou-se esse processo em âmbito nacional e em destaque no Rio Grande do Sul não só por a pesquisa representar um fato ocorrido no Rio Grande do Sul, mas principalmente pelo caso de excepcionalidade ocorrida em solo gaúcho, uma vez que o Estado do Rio Grande do Sul foi o único Estado do Brasil onde ocorreu a troca da elite oligárquica que estava no poder com o advento da República, além de ser o único Estado a ter uma corrente opositora ao Partido Republicano estabelecido no poder.

A contextualização, em especial, da história do Rio Grande do Sul com Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo, além de servir de subsídios para afirmações no trabalho, evidenciou que os fatos ocorridos na história estadual (macro-história) refletiram diretamente e imediatamente na região pesquisada. Pode-se dar como exemplo dessa constatação a alternância de líderes políticos, que

ocorreu intensamente, tanto em nível estadual, quanto local, nos três primeiros anos da República (1889 – 1892), quando poucos políticos conseguiram ficar mais de seis meses no poder. Outra comparação que se pode relatar, é que, no mesmo período em que o Estado do Rio Grande do Sul teve o chamado “governicho”, golpe ocorrido através de imposição armada, Taquara do Mundo Novo também passou por esse mesmo processo com seu Chefe de Executivo sendo expulso do poder através da imposição armada. E o período do fim “governicho” estadual determina também o fim do “governicho” em Taquara do Mundo Novo.

Assim, através do estudo da macro-história, além dos aspectos já levantados, conseguiu-se atingir um dos principais objetivos: contextualizar os fatos que estavam ocorrendo em Santa Cristina do Pinhal e em Taquara do Mundo Novo no processo de troca de elite política no poder. Essa afirmação ficou evidente, analisando os dois principais líderes políticos de Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo no momento de transição do Império para a República: o Coronel Francisco Alves dos Santos (líder conservador) e o Coronel Francisco de Oliveira Neves (líder republicano)<sup>97</sup>.

No que tange à micro-história, iniciou-se a pesquisa através da idéia da historiografia local a respeito da perda de autonomia de Santa Cristina do Pinhal, partindo do pressuposto de que o município tenha perdido a sua autonomia devido a questões econômicas, uma vez que o município vizinho de Taquara do Mundo Novo estava em pleno crescimento econômico. No entanto, constatou-se que o desenvolvimento econômico tanto em Santa Cristina do Pinhal, quanto em Taquara do Mundo Novo, oportunizou o desenvolvimento e a urbanização desses municípios. Isso ocorreu pelo posicionamento geográfico privilegiado pela proximidade e por contarem com a facilidade do transporte fluvial, o mais ágil do período com relação a Porto Alegre e São Leopoldo, dois importantes centros comerciais do Rio Grande do Sul.

E foi justamente a questão do desenvolvimento econômico existente nesses municípios que levaram esta pesquisa a concluir que não seria por uma questão de ordem econômica que se determinaria a perda de autonomia de Santa Cristina do Pinhal, pois, mesmo com o declínio econômico ocorrido nos seus últimos anos de autonomia, isso não seria o suficiente para justificar uma estagnação econômica.

---

<sup>97</sup> Com o advento da República, os principais políticos conservadores de Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo passaram a atuar junto ao Partido Republicano Rio-grandense – PRR.

Assim sendo, partiu-se para a questão política, da qual se utilizou uma série de fontes primárias. A partir dessas fontes, foi feita uma releitura dos fatos, o que evidenciou um processo de ascensão de um determinado grupo político ante a outro.

Nesse jogo político, três nomes, representando dois ideais, entraram em evidência. Pelo lado dos liberais, tem-se como líder o Coronel Francisco Alves dos Santos e, do lado dos conservadores, há primeiramente o nome do Major João Martins Philereno, líder político conservador até a sua morte. Depois surge o nome do seu genro, o Coronel Francisco de Oliveira Neves, a quem Philereno deixa, ao morrer, a liderança do partido.

Verificou-se que o Partido Liberal, partido com o maior número de eleitores em Santa Cristina do Pinhal, passou a sofrer alguns reveses com relação ao Partido Conservador, então minoritário. Esses reveses iniciaram-se em 1886 e passaram desde a perda da eleição do candidato Liberal Antônio Eleuthério de Camargo para deputado provincial, que se constatou como fraudulenta, justamente pelos votos de Santa Cristina do Pinhal, situação que o político mais influente da região até então, o Coronel Francisco Alves dos Santos, não conseguiu reverter uma eleição que teria sido ganha pelo voto e foi perdida através de fraude, passando pela perda do controle administrativo de Taquara do Mundo Novo (1886), culminando com a perda de autonomia política (1892).

Justamente na questão da emancipação de Taquara do Mundo Novo, ante Santa Cristina do Pinhal, que se encontrou uma das principais conclusões que extrapolaram o interesse proposto pela pesquisa devido a esse processo não representar apenas o interesse do povoado da Taquara do Mundo Novo, mas também de alguns políticos de Santa Cristina do Pinhal que viam no novo município a possibilidade de ascensão política. Esse fato pode ser comprovado através da análise da postura dos políticos (principalmente do Partido Conservador) que chegaram ao poder em Taquara do Mundo Novo, pois muitos tinham sua base eleitoral em Santa Cristina do Pinhal, onde estavam, por vezes, inferiorizados a políticos, principalmente do Partido Liberal, que detinham o poder nessa sede desde a emancipação pinhalense.

Outro aspecto merece ser apreciado a partir de um novo enfoque a respeito da emancipação de Taquara do Mundo Novo. Pois, não se pode deixar de destacar que a emancipação de Taquara do Mundo Novo, município originado de um

processo de colonização alemã particular, contou, além da influência e do desejo de alguns políticos pinhalenses, com a presença de imigrantes alemães nas articulações junto ao governo provincial. Essa presença germânica se intensificou durante o Período Republicano e poderia tornar-se um novo viés para a pesquisa “a presença dos imigrantes alemães nas articulações políticas em Taquara do Mundo Novo”. O autor deste trabalho deixa a sugestão para algum interessado nessa temática.

Formou-se, com essas articulações políticas, um tabuleiro de interesses políticos nesses municípios. Por vezes, alguns políticos estavam em cheque, outras vezes, outros. Mas o que eles defendiam, eram seus interesses particulares, colocando-os acima dos interesses dos municípios que eles representavam, demonstrando que não interessava o partido ou o município em que eles atuavam, sendo o importante estar no poder.

A relação de disputa de força política foi determinada pelo poder estabelecido, tanto no Estado quanto no Brasil. Enquanto o Brasil estava no Período Imperial, o Coronel Francisco Alves dos Santos (liberal) tinha seus poderes predominantes na região. Contudo, a partir do advento da República, em 1889, a situação começou a se inverter, com políticos republicanos<sup>98</sup> erigindo-se ao poder, fortalecendo assim, em nível local, o Coronel Francisco de Oliveira Neves.

No período de transição do Império para República, constatou-se que a forte influência do Coronel Francisco Alves dos Santos foi um dos principais motivos para Santa Cristina do Pinhal entrar em processo de declínio político. O fato de o Coronel Francisco Alves dos Santos estar ligado ao Partido Liberal, que tinha seu vínculo com o decadente Império, e possuir uma significativa influência ante a políticos e a população, que extrapolava Santa Cristina do Pinhal, atingindo também os municípios vizinhos de Taquara do Mundo Novo e São Francisco de Paula de Cima da Serra, representava uma ameaça aos interesses do PRR, naquele município, de estabelecer a hegemonia política em todo o Estado.

Assim, seria necessário limitar os poderes desse influente político local. Conforme já foi relatado, o PRR traçou a política de “estabelecer sua base política de baixo para cima através do controle do poder político local” (Trindade, 1979, p. 129). Nesse contexto, políticos republicanos da região de Santa Cristina do Pinhal

---

<sup>98</sup> Reitera-se que a maioria dos políticos republicanos em Santa Cristina do Pinhal e em Taquara do Mundo Novo era composta por ex-correligionários do Partido Conservador.

passaram a obter mais poder, tanto em nível local como até mesmo estadual. Evidenciou-se o nome do Coronel Francisco de Oliveira Neves como a nova referência da política da região, estabelecendo seus poderes inicialmente no município de Taquara do Mundo Novo através da posse na Intendência e posteriormente em Santa Cristina do Pinhal devido à incorporação desse município a Taquara do Mundo Novo, culminando seu aumento do poder com a posse de uma cadeira na Assembléia Legislativa Gaúcha, que assumiria no próprio ano de 1892 e teria como auge de sua influência o segundo mandato, de 1897 a 1900, no qual exerceu, no primeiro ano, a Presidência da Assembléia.

Ficou constatado, a partir da análise do processo de transição de poder, que este ocorreu de forma relativamente rápida, sendo que, nos três anos em que Santa Cristina vivenciou a República, pode-se inferir que houve um esvaziamento daquela localidade devido à ascensão econômica que Taquara do Mundo Novo apresentava e um enfraquecimento que a elite local pinhalense estava a passar. Uma forma de retratar essas afirmações está nas constatações que puderam ser feitas no livro número 15 do tabelionato da “villa de Santa Christina do Pinhal”, a cargo do então escrivão de cartório Diniz Martins Rangel<sup>99</sup>, onde se verificou uma série de transações de vendas de terras no Pinhal e aquisições no município do Mundo Novo, inclusive por políticos influentes de Santa Cristina do Pinhal, vereadores ou membros do Conselho Municipal, que deixaram gradativamente de administrar seus negócios no Pinhal, passando a comandar, no Mundo Novo, suas atividades econômicas, fossem elas comerciais ou agrícolas.

Quanto ao Coronel Francisco Alves dos Santos, o enfraquecimento dos seus poderes com a ascensão da República acabou acarretando a perda de grande parte de suas terras devido à sua falta de prestígio político perante o novo governo republicano rio-grandense. Contudo, constatou-se, na pesquisa, que, mesmo antes da ascensão republicana, as forças do Coronel Francisco Alves dos Santos já estavam apresentando um gradativo declínio a partir do ano de 1886, segundo se averiguou.

Convém destacar que o processo de “desemancipação” de Santa Cristina do Pinhal demonstra uma bem-articulada estratégia política, na qual fica evidenciado

---

<sup>99</sup> Diniz Martins Rangel foi outro político pinhalense a assumir como Intendente em Taquara do Mundo, sendo o administrador que mais tempo ficou no Poder Executivo do referido município (1900/1920).

que essa articulação ocorreu de “cima para baixo”, ou seja, a “desemancipação” pinhalense ocorreu através da introdução de políticos ligados diretamente à cúpula do PRR no poder em Santa Cristina do Pinhal, políticos que engendraram, através de aspectos legais, a elaboração de correspondência oficial solicitando ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul a incorporação do município de Santa Cristina do Pinhal a Taquara do Mundo Novo. Esses aspectos são evidências que servem de embasamento para relatar que tal solicitação teria influência do Estado no município não somente pelo fato de os líderes políticos do PRR terem sido “convidados” a fazerem parte do Conselho Municipal de Santa Cristina do Pinhal, mas também pelo fato de o Estado Gaúcho ter prontamente respondido à solicitação, quando, em menos de um mês, através de dois Atos Estaduais<sup>100</sup>, Santa Cristina do Pinhal, além de perder sua comarca, perdeu também a sua autonomia administrativa. Fica subentendido que, devido à agilidade da resposta e dos atos proclamados, o governo estadual já estava a esperar tal solicitação.

Esse fato foi muito significativo e demonstrou que a micro-história comprovou, na prática, a macro-história. As relações de poder, impostas por Júlio de Castilhos, de introduzir uma política de fortalecimento de bases do PRR de “baixo para cima”, da esfera local para estadual, ocorreram, na prática, sob os auspícios do governo central de “cima para baixo”, pois, através da força da imposição, se introduziu e se fortaleceu a política republicana. Essa prática, supõe-se, não só ocorreu em Taquara do Mundo Novo e Santa Cristina do Pinhal, como também em outras localidades do interior do Rio Grande do Sul.

---

<sup>100</sup> Ato 301 e 302, de 1º de setembro de 1892.



## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lacy Maria et CASADO Irene Luciana. **Taquara de Tristão José Monteiro**. Taquara-Porto Alegre/RS: Prátika/Palotti, 1986.

AITA, Carmen; AXT, Gunter; ARAÚJO, Vladimir. Orgs. **Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996**. Porto Alegre/RS: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

BOEIRA, Nelson. O Positivismo do Rio Grande do Sul: Questões pendentes e temas para pesquisa, *in* RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti, FÉLIZ Loiva Otero. **RS: 200 ANOS** definindo espaços na história nacional. Passo Fundo/RS: Editora da Universidade UPF, 2002.

CAMARGO, Antonio Eleuthério de. **Eleição do 1º distrito na Província do Rio Grande do Sul: o libelo político**. Porto Alegre: Acervo Júlio Petersen – PUC/RS. Porto Alegre/RS, 1886.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 23/10/2008.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 7. ed. São Paulo/SP: Fundação Editora da UNESP, 1999

ENGELMANN, Erni Guilherme. **A Saga dos Alemães – do Hunsrück para o Santa Maria do Mundo Novo**. Igrejinha/RS: Jornal RS 115, 03 de novembro de 2003.

\_\_\_\_\_. **A Saga dos Alemães – do Hunsrück para o Santa Maria do Mundo Novo**. Igrejinha/RS: E.G.Engelmann, 2004, Volume I.

\_\_\_\_\_. **A Saga dos Alemães – do Hunsrück para o Santa Maria do Mundo Novo**. Igrejinha/RS: E.G.Engelmann, 2005, Volume II.

FÉLIX, Loiva Otero, **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. 2. ed. Porto Alegre/RS: Ed. UFRGS, 1996.

FERREIRA, Marieta Moraes. **"A nova "velha história": o retorno da história política"**. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/109.pdf>>. Acesso em 23 de out. de 2008.

FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

FORTES, Amyr Borges, **Compêndio de história do Rio Grande do Sul**. 6.ed. Porto Alegre/RS: Ed. Sulina, 1981.

FRANCO, Sérgio da Costa, **Getúlio Vargas e outros ensaios**. Porto Alegre/RS: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. **Júlio de Castilhos e sua época**. 4. ed. Porto Alegre/RS: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.

GERTZ, René. Org. **Karl Von Koseritz**: seleção de textos. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 1999.

GIUMBELLI, Emerson. **Religião e (Des)Ordem Social**: Contestado, Juazeiro e Canudos nos Estudos Sociológicos sobre Movimentos Religiosos. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php](http://www.scielo.br/scielo.php)>. Acesso em 27/08/2006.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. *In*: BURKE, Peter (org). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo/SP: Editora da UNESP, 1992 (Tradução de Magda Lopes).

MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. **Terras senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos**. Tese (Doutorado em História), Curso de História, Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos, 2003.

\_\_\_\_\_. No tempo das batingueiras, dos cedros e das plataneiras: Uma Reflexão sobre a construção da fronteira no Vale do Sinos. *In* SIDEKUM, Antônio. **Às sombras do carvalho**. São Leopoldo/RS: Ed Nova Harmonia, 2004.

\_\_\_\_\_ et. al. O empreendimento da Fazenda do Mundo Novo. *In* REINHEIMER, Dalva Neraci. org. **Terra Gente e Fé**: aspectos históricos da Taquara do Mundo Novo. Taquara/RS: Faccat, 2005.

MÉRCIO, Bayard de Toledo. Os principais fatos do Município de Taquara. *In* KAUTZMANN, Maria Eunice Müller org. **História de Taquara**. Taquara: Prefeitura Municipal de Taquara, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha Gaúcha: “Estado Autoritário e Economia”. *in* DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1979.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre/RS Ed. Mercado Aberto, 1997

PICCOLO, Helga I. L. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas. *In* ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (org.). **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande/RS: Ed. da FURG, 1993.

PINZANI, Alessandro. **Republicanism(s), democracia, poder** Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article>>. Acesso em 23 de outubro de 2008.

RABAT, Márcio Nono. **A Federação: Centralização e Descentralização do poder Político no Brasil**. Disponível em: <<http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/pdf/207708.pdf>>. Acesso em 23 de outubro de 2008.

REINHEIMER, Dalva Neraci. Os caminhos do Mundo Novo passam pela Navegação Fluvial. *In* SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann Org. **Histórias e Fatos do Mundo Novo**. Taquara/RS: FACCAT/Prefeitura Municipal de Taquara, 2007.

\_\_\_\_\_. A constituição Política de Taquara sob o processo de colonização Alemã. *In* BARROSO, Véra Lucia Maciel, SCHENKEL, Dislaine, BRUSIUS, Liége Lana, FETTER, Maribel Eloá. **Raízes de Igrejinha**. Porto Alegre/RS: EST, 2008.

RÉMOND, René. O retorno do político. *In* Chauveau, Agnès. **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC 1999 (Tradução Ilka Stern Cohen).

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969, V. I e II.

RUSSOMANO, Victor, **História Constitucional do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre/RS Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul {S.D}.

SHIKIDA, Cláudio Djissey. **Breves notas sobre a emancipação de municípios no Rio Grande do Sul**. ICEG/PUC-Minas e programa de doutorado do PPGE-UFRGS. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article>>. Acesso em 17 de setembro de 2008.

SOARES, Mozart Pereira. **O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte**. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo/SP: Ed. Brasiliense, 1962.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Elites Regionais e formas de dominação. *In* TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Org. **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre/RS: UFRGS: FEE; Lajeado/RS: UNICATES, 1998.

TRINDADE, Héliogio. Aspectos políticos do sistema partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937). *In* DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1979.

VAINFAS, Ronaldo. **Os Protagonistas Anônimos da História**. Rio de Janeiro/RJ: Campus, 2002.

WASSERMANN Cláudia. O Rio Grande do Sul e as Elites Gaúchas na Primeira República: Guerra Civil e a crise no bloco do poder. *In* GRIJO, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI César Augusto Barcellos et. al. **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre/RS: Ed. da Universidade/UFRGS, 2004.

#### **Fontes Primárias Consultadas:**

RIO GRANDE DO SUL. Acto nº. 301, de 1º de setembro de 1892 – Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

\_\_\_\_\_. Acto nº. 302, de 1º de setembro de 1892 – Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 1251, de 14 de junho de 1880 – Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 1382, de 27 de maio de 1882 – Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 1568, de 17 de abril de 1886 – Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 404, de 18 de dezembro de 1857 – Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 577, de 6 de maio de 1864 – Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 96, de 25 de novembro de 1847 – Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

**SOBRE as cartas de cobranças de aluguel e retorno do Estado: Maço de correspondências de Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo.**  
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS.

O Coronel Francisco de Oliveira Neves era Intendente do Município de Taquara do Mundo Novo conforme se pode constatar através na **Lei Orgânica Municipal de Taquara do Mundo Novo de 1893**. Museu Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo/RS.